SAFRA 1985/86

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

PERIÓDICOS

BIBLIOTECA [illegible] DE BECKER
[illegible]
Empresas de São Paulo

VOLUME 9 N.º 10 OUTUBRO DE 1985

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão e uva), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessoa (algodão e laranja), Irene Raguenet Troccoli (milho, aves e suínos), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (cevada, centeio e sorgo) e Régis Norberto da Cunha Alimandro (café).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços no nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Neli Martins Mascarenhas

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213)

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicitamos aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último Agroanalysis recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

K. TIL A. DOEDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
PERIÓDICOS

Neste número de **Agroanalysis** *estão os prognósticos da safra 1985/86 das principais lavouras temporárias e um acompanhamento da colheita de cana-de-açúcar. Na fase de sua impressão, circularam insistentes notícias, cuja veracidade ainda não se pode apurar, sobre danos extensos e irreversíveis causados a muitos roçados ou que fizeram alterar as decisões de plantio dos agricultores, em virtude de demorada e intempestiva estiagem no Centro-Sul.*

Recentemente, a divulgação, pelo **IBGE**, *de uma estimativa preliminar das tendências da área a ser plantada trouxe à tona, de novo, a questão da* **prioridade** *à agricultura. Desta feita, há ênfase quanto à inclinação dos produtores de ampliarem a área com lavouras de alimentos destinados ao mercado interno (arroz, + 7% a 9%; milho, + 4% a 6% e feijão, + 1%) como resultado da orientação governamental.*

Ao fixar os instrumentos de política agrícola que regerão o custeio **(VBC)** *e a comercialização* **(preço-base)** *no ano, o governo federal distinguiu culturas freqüentemente relegadas a segundo plano, como as da mandioca, arroz de sequeiro, feijão e milho. Isto, apesar do temor de que poderá ver-se obrigado a proceder à aquisição de vultosas quantidades, no primeiro semestre de 1986, à semelhança do que se deu em 1985.*

Deve-se atentar, contudo, para o fato de que, mesmo com a variação positiva da área plantada, poder-se-á ter redução e não aumento da oferta interna de alimentos. Na hipótese de se obterem, nesta safra, rendimentos físicos médios semelhantes aos dos últimos anos, a produção será inferior à da safra passada, de excelentes rendimentos, de vez que o acréscimo de área não compensará as perdas. A anunciada estiagem deverá causar prejuízos no plantio de diversas lavouras, em especial a do feijão, normalmente cultivado mais cedo; as demais, cuja semeadura ainda se espera, poderão recuperar-se, se houver melhoria nas condições climáticas. Será muito improvável, no entanto, vir a se registrar produtividade física semelhante à da safra 1984/85.

Em 1985, aliás, a substancial produção agrícola alcançada possibilitou que os estoques oficiais se multiplicassem. Poderiam ter sido empregados mediante um programa que assegurasse a melhoria do abastecimento interno. Optou o governo, porém, pela sua venda em leilões, como estratégia de combate à inflação e, assim, mais uma vez, beneficiou a intermediação, a qual contou com a **CFP** *para financiar e adquirir a safra.*

A próxima comercialização ainda está distante, mas se deve, desde agora, começar a adotar as providências necessárias para que não se repitam os equívocos recém-cometidos. A importante questão do abastecimento terá, desde logo e permanentemente, de suscitar preocupações. Afinal, a constante precariedade do seu equilíbrio, incluindo a má distribuição, são fatores de difícil controle, capazes de toldar as expectativas de um maior empenho da nova administração do país para recuperar a economia nacional

SUMÁRIO

SAFRA 1985/86:

FINANCIAMENTO 2

PROGNÓSTICOS
- Algodão 7
- Arroz 12
- Feijão 17
- Milho 22
- Soja 26

ACOMPANHAMENTO
- Cana-de-açúcar 31

PRECEITOS DE POLITICA AGRÍCOLA 36

ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS 40

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 41

PANORAMA AGROPECUARIO – PREÇOS
- Mercado Externo 42
- Mercado Interno 44
- Relativos 46

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 48

FINANCIAMENTO DA SAFRA

1985/86

Alguns indicadores econômicos apontam para um estímulo à oferta de produtos destinados ao mercado interno, na próxima safra. É o momento de pensar em sua comercialização, para evitar que se repitam os erros do passado.

O início do plantio na região Centro-Sul é sempre encarado com expectativa, pois aí se concentra a produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e soja, que participam com 56% da área cultivada com lavouras temporárias no Brasil.

As decisões dos agricultores são influenciadas por fatores tais como sua experiência anterior, tanto em termos de técnica de cultivo, quanto de resultados econômicos e as perspectivas do preço e do crédito oficiais.

Excelentes condições climáticas contribuíram para que a safra colhida em 1985 desmentisse as perspectivas sombrias, imaginadas diante da sensível redução no montante de recursos destinados ao financiamento e da elevação das taxas de juros. Foi a primeira safra sujeita, nos encargos do crédito rural na fase de plantio, à soma da correção monetária plena com juros de 3% a.a. A elevação dos preços-base, anunciada na oportunidade, tumultuou a comercialização e os agricultores recorreram, maciçamente, a **AGF's** e **EGF's**, levando o governo federal a mobilizar numerário em montante semelhante ao que queria evitar, quando reduziu os recursos destinados ao crédito de custeio.

A safra passada, em seu conjunto, apresentou bons resultados, mas a produção de alimentos básicos não se expandiu o necessário para atender à recuperação parcial dos níveis de renda da população, verificada no período.

Estes fatos parecem ter orientado as decisões tomadas quanto ao **Valor Básico de Custeio** e aos preços-base

QUADRO 01 – BRASIL – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SEGUNDO PRODUTOS E FAIXAS DE PRODUTIVIDADE SELECIONADAS – SAFRAS 1980/81 A 1985/86
(Cr$/ha)

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
				Cr$ 1.000 correntes			
Algodão	1.601-1.800	29,7	69	124	276	1.041	3.522
Arroz irrigado	3.601-4.200	23,1	45	83	197	725	2.453
Arroz de sequeiro	1.001-1.300	7,0	16	32	74	274	997
Feijão (safra das águas)	801-1.000	11,3	25	40	113	450	1.408
Mandioca	10.000-15.000	12,0	28	54	129	427	1.501
Milho	2.001-2.500	8,6	19	34	84	309	1.135
Soja	1.501-1.750	9,7	22	41	98	421	1.355
				Cr$ 1.000 de julho/1985			
Algodão	1.601-1.800	3.055	3.384	3.043	2.788	3.303	3.522
Arroz irrigado	3.601-4.200	2.376	2.207	2.044	1.992	2.300	2.453
Arroz de sequeiro	1.001-1.300	720	781	781	748	869	997
Feijão (safra das águas)	801-1.000	1.162	1.216	984	1.339	1.428	1.408
Mandioca	10.000-15.000	1.265	1.363	1.329	1.301	1.355	1.501
Milho	2.001-2.500	884	923	840	849	980	1.135
Soja	1.501-1.750	998	1.074	1.009	990	1.336	1.355

FONTE – Banco Central do Brasil.

para a safra cujo plantio agora se inicia.

O reajuste dos **VBC's**, embora em níveis inferiores aos da safra anterior, pode ser considerado satisfatório. Os produtos cujos **VBC's** tiveram maior expansão foram o milho, o arroz de sequeiro e a mandioca, confirmando a prioridade dada à produção de alimentos (ver Quadro 01). De grande importância foi a elevação nos limites de adiantamento e a reintrodução da categoria de **médios produtores.** Os **VBC's** efetivos, isto é, o montante dos recursos recebidos pelos produtores para o financiamento da safra deverão apresentar, na maioria dos casos, sensível recuperação.

Convém recordar que, a partir da safra 1981/82, a concessão de crédito de custeio passou a ser pautada não só pelo **VBC**, como pelos chamados **limites de adiantamento**, que visavam a conter a expansão dos recursos destinados ao financiamento global do custeio, de forma seletiva. Segundo o valor da produção gerado pelos agricultores, estes eram classificados em **mini** e **pequenos, médios** e **grandes produtores** e as diferentes categorias recebiam percentuais distintos do **VBC**. Estes limites variaram em cada uma das safras subseqüentes (ver Quadro 02) e na safra 1984/85 foi extinta a categoria de **médio produtor.**

Os prognósticos relativos aos efeitos de mudanças nos **VBC's** efetivos sobre o plantio são prejudicados pela inexistência de estatísticas relativas ao número de agricultores enquadrados em cada uma das categorias, não havendo razão, **a priori**, para se pensar, por exemplo, numa correlação direta entre o valor da produção e a área do estabelecimento.

O Quadro 03 apresenta os **VBC's** efetivos nas últimas seis safras e permite verificar que houve acréscimos expressivos nos recursos destinados a todos os produtos e categorias de produtores, exceto no que se refere à soja plantada por **pequenos produtores**, cujo **VBC** efetivo é praticamente idêntico ao da safra anterior. Pode-se, ainda, observar que os produtos que receberam maior estímulo (representado por aumentos percentuais maiores no **VBC** efetivo) foram o arroz de sequeiro, o feijão e o milho, no caso dos **grandes produtores**, e o arroz de sequeiro, a mandioca e o milho, no caso dos **pequenos.**

Como, na safra 1984/85, inexistiu a categoria de **médios produtores**, é também interessante fazer um confronto entre os **VBC's** efetivos fixados para a próxima safra e a média daqueles vigentes entre as safras de 1980 e 1984. Isto permite verificar que foram mantidas as prioridades relativas aos alimentos básicos e que os **VBC's** efetivos para o algodão cultivado por qualquer categoria de produtor tiveram uma redução de mais de 25%, ao tempo em que a soja plantada por **pequenos produtores** registrou queda de 18% no valor do **VBC** efetivo, relativamente à média do mencionado período.

QUADRO 02 – BRASIL – LIMITES DE ADIANTAMENTO PARA TOMADORES DE FINANCIAMENTO DE CUSTEIO, SEGUNDO CATEGORIA DE PRODUTOR E PRODUTOS SELECIONADOS – SAFRAS 1980/81 A 1985/86
(% do VBC)

CATEGORIA DE PRODUTOR[1] / PRODUTO	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85[2]	1985/86
Grandes produtores						
Algodão	100	60	50	40	40	40
Arroz irrigado	100	60	50	40	60	80
Arroz de sequeiro	100	60	50	40	60	80
Feijão	100	100	100	100	60	90
Mandioca	100	60	50	40	60	
Milho	100	60	50	40	60	80
Soja	80	60	50	40	40	50
Médios produtores						
Algodão	100	80	70	60	–	50
Arroz irrigado	100	80	70	60	–	80
Arroz de sequeiro	100	80	70	60	–	90
Feijão	100	100	100	100	–	90
Mandioca	100	80	70	60	–	90
Milho	100	80	70	60	–	50
Soja	100	80	70	60	–	60
Pequenos produtores						
Algodão	100	100	100	90	60	60
Arroz irrigado	100	100	100	90	80	80
Arroz de sequeiro	100	100	100	90	80	100
Feijão	100	100	100	100	80	100
Mandioca	100	100	100	100	80	100
Milho	100	100	100	90	80	100
Soja	100	100	100	90	60	60

FONTE – Banco Central do Brasil.

[1] Grandes produtores, valor da produção de mais de 3.000 MVR's; médios, entre 600 e 3.000 MVR's, e pequenos, valor da produção de até 600 MVR's. Em maio de 1985, o MVR era equivalente a Cr$ 167.106,70;

[2] na safra 1984/85, foram consideradas duas categorias de produtor: pequenos, com valor da produção até 2.000 MVR's e grandes, os demais.

Ao contrário do que ocorreu com os **VBC's**, que tiveram aumentos superiores à taxa de inflação, os preços-base registraram queda, quando medidos em cruzeiros constantes. Em relação à média para as safras 1980/81 e 1983/84, os preços-base da próxima safra do algodão, arroz de sequeiro, feijão e milho declinaram, enquanto aumentaram os dos outros produtos considerados. A medida, que provocou desagrado das lideranças rurais, pode ser atribuída ao receio de que se repita a grande efetivação de **AGF's** ocorrida em 1985 e de que um aumento dos preços de mercado dos produtos agrícolas tenha repercussões inflacionárias no próximo ano.

Outra maneira de enfocar o possível estímulo oferecido pelos preços-base é observar a relação entre estes e os preços de mercado. Preços-base superiores aos preços de mercado se constituiriam em um indicador de preços melhores por ocasião da colheita. Diga-se, contudo, que a experiência vivida em 1985 deixou claro que os preços de mercado nem sempre acompanham a evolução dos preços mínimos. De um lado do mercado, agricultores com premência de recursos para saldar suas dívidas, ou de índole pessimista, vendem imediatamente sua safra a preços inferiores ao mínimo. Do outro lado do mercado, os compradores, sabendo que o governo federal está obrigado a financiar a estocagem ou a comprar a produção, mas que num momento posterior terá de vender os estoques assim formados, retraem-se, diminuindo temporariamente a procura, o que contribui para manter baixos os preços. Ainda assim, é válido observar o que ocorre com a relação **preço-base/preço de mercado.** Conforme se observa no Quadro 04, esta relação é positiva para todos os produtos considerados, e para três (algodão, feijão e soja), supera a relação vigente na safra anterior. Quando o confronto é feito com a relação média das safras 1980/81 a 1983/84, verifica-se, entretanto, que apenas ocorreu decréscimo nas relações **preço-base/preço recebido** relativas ao arroz de sequeiro e ao milho.

QUADRO 03 – BRASIL – VBC EFETIVAMENTE RECEBIDO, SEGUNDO O LIMITE DE ADIANTAMENTO[1] EM VIGOR – SAFRAS 1980/81 – 1985/86
(em Cr$ 1.000 de julho/1985)

PRODUTO[2]	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
Grandes produtores						
Algodão	3.055	2.031	1.522	1.115	1.321	1.409
Arroz irrigado	2.376	1.324	1.022	797	1.380	1.962
Arroz de sequeiro	719	469	391	299	522	1.267
Feijão (safra das águas)	1.162	1.216	984	1.139	857	1.351
Mandioca	1.265	818	665	520	813	1.022
Milho	884	554	420	340	588	908
Soja	798	645	504	396	534	678
Médios produtores						
Algodão	3.055	2.707	2.130	1.673	–	1.761
Arroz irrigado	2.376	1.766	1.431	1.195	–	1.962
Arroz de sequeiro	719	625	547	449	–	897
Feijão (safra das águas)	1.162	1.216	984	1.139	–	1.267
Mandioca	1.265	1.090	931	781	–	1.351
Milho	884	738	588	509	–	1.022
Soja	998	860	706	594	–	813
Pequenos produtores						
Algodão	3.055	3.384	3.043	2.510	1.982	2.113
Arroz irrigado	2.376	2.207	2.044	1.792	1.840	1.962
Arroz de sequeiro	719	781	781	673	695	997
Feijão (safra das águas)	1.162	1.216	984	1.139	1.142	1.408
Mandioca	1.265	1.363	1.329	1.171	1.084	1.501
Milho	884	923	840	764	784	1.135
Soja	998	1.074	1.009	891	801	813

FONTE – Banco Central do Brasil.
[1] Limites de adiantamento constantes do Quadro 02;
[2] para faixas de produtividade, ver o Quadro 01.

Finalmente, é interessante completar o quadro com um exame do que tem ocorrido com os preços relativos dos vários produtos. O Quadro 05 apresenta estes preços relativos, tanto para alguns produtos que podem ser considerados substitutos, como opções de plantio, quanto para a relação **arroz irrigado/arroz de sequeiro,** pelo que pode indicar de mudança nos incentivos ao plantio do arroz em diferentes regiões e com técnicas diversas.

A relação **soja/algodão** indica que, na safra 1984/85, os preços da soja caíram menos do que os do algodão, tornando aquela lavoura uma opção mais interessante. O resultado é reforçado quando o cálculo é feito com a relação média ocorrida no quadriênio 1980/81-1983/84. Já em relação ao milho, a soja se torna uma opção menos favorável, pois, apesar de a produção de milho ter aumentado nas últimas duas safras, seus preços continuaram crescentes, fato que contribuiu também para reduzir a vantagem que o algodão apresenta em relação ao milho. Neste caso, é ainda oportuno notar que a relação de preços **algodão/milho** é a mais favorável ao milho registrada nas últimas seis safras.

Quanto aos preços do arroz, as relações que parecem aqui relevantes – **soja/arroz de sequeiro** e **arroz irri-**

QUADRO 04 – BRASIL – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS AGRICULTORES EM ESTADOS SELECIONADOS E PREÇOS-BASE[2] 1980–85 (Cr$ de julho/1985)

PRODUTO/ESTADO	UNIDADE	1980	1981	1982	1983	1984	1985
				Preço recebido[1]			
Algodão (SP)	15 kg	36.467	36.306	31.321	28.785	46.194	27.196
Arroz irrigado (RS)	50 kg	76.563	46.581	55.637	48.837	44.364	53.366
Arroz de sequeiro (GO)	50 kg	54.248	39.605	46.643	42.112	43.033	46.426
Feijão[2] (PR)	60 kg	329.510	165.157	97.676	177.662	150.621	–
Feijão[3] (PR)	60 kg	214.620	225.300	105.720	142.800	207.720	116.400
Mandioca (SC)	t	319.130	227.785	138.310	102.255	247.250	183.854
Milho (PR)	60 kg	30.202	31.243	26.567	26.323	31.930	33.358
Soja (RS)	60 kg	59.558	48.804	45.863	44.338	73.507	55.146
				Preço-base			
Algodão	15 kg	48.874	33.453	32.562	40.340	38.074	33.840
Arroz irrigado	50 kg	74.052	48.837	46.518	67.660	67.900	61.200
Arroz de sequeiro[4]	50 kg	74.052	48.837	46.518	56.476	57.112	52.500
Feijão	60 kg	185.130	153.835	146.531	145.224	171.970	155.040
Mandioca	t	185.130	149.196	142.099	141.190	164.355	164.000
Milho	60 kg	48.751	35.895	34.080	37.314	41.247	37.200
Soja	60 kg	68.498	46.151	64.069	43.749	63.457	59.040
				Relação preço-base/preço recebido			
Algodão		1,34	0,92	1,04	1,40	0,82	1,24
Arroz irrigado		0,97	0,84	1,00	1,39	1,53	1,18
Arroz de sequeiro		1,37	1,23	1,00	1,34	1,34	1,13
Feijão[2]		1,18	0,52	1,11	1,42	1,06	–
Feijão[3]		0,86	0,68	1,39	1,02	0,83	1,33
Mandioca		0,58	0,65	1,03	1,38	0,66	0,89
Milho		1,61	1,15	1,28	1,42	1,29	1,12
Soja		1,15	0,95	0,96	0,99	0,86	1,07

FONTE – FGV/IBRE/CEA e CFP.

[1] Preços médios nos meses de concentração da safra nos estados e anos indicados; [2] preços mínimos fixados no ano de referência para a comercialização da safra a ser colhida no ano seguinte. A partir da safra 1981/82, os preços-base são corrigidos até o mês anterior; [3] preço vigente em julho do ano corrente; [4] até 1982, os preços mínimos eram comuns para o arroz irrigado e de sequeiro. Entre 1982 e 1984, os preços do arroz de sequeiro foram cotados em Cr$/saca de 50 kg. Em 1985, os preços-base do arroz de sequeiro foram cotados em Cr$/saca de 60 kg. Aqui, usa-se uma unidade comum a ambos os tipos de arroz para permitir um confronto mais fácil.

gado/arroz de sequeiro – referem-se a uma possível recuperaçã a produção de arroz nos estado ntrais. Nestes, produz-se o arroz de sequeiro, que, embora tendo custos totais menores do que o arroz irrigado, apresenta um risco climático bem mais elevado, o que levou muitos agricultores da região a substituí-lo pela soja. A substituição foi também bastante favorecida pela retração na abertura de novas áreas de cerrado à exploração agrícola, pois esta era feita pelo plantio de arroz em regime de parceria logo após a **destoca**, como preparo da terra para posterior plantio de pastagens ou soja. É possível que o anúncio da reforma agrária leve proprietários a retomar a prática em áreas por eles ainda inexploradas.

Em resumo, diante dos vários indicadores examinados, pode-se concluir que, este ano, eles apontam numa direção mais favorável à expansão das lavouras destinadas ao mercado interno. Contudo, há fatores como a disponibilidade de sementes, investimentos em equipamentos específicos para cada atividade e tradição, que pesarão nas decisões dos agricultores e poderão frustrar as atuais expectativas. As condições climáticas também contribuirão fortemente para os resultados da safra. Entretanto, quaisquer que sejam as quantidades da colheita, convém, desde logo, plane-

jar a sua comercialização, a fim de evitar a monótona e custosa repetição dos erros do passado.

Colheitas abundantes são, de modo geral, acompanhadas por declínio dos preços de mercado, o que freqüentemente leva os agricultores a se desinteressarem pelo produto na safra seguinte. Quando a produção é menor, o aumento dos preços nem sempre compensa a redução das quantidades vendidas. Esta instabilidade na renda agrícola provocou uma expansão maior das lavouras destinadas à exportação, porquanto asseguravam maior rentabilidade.

O planejamento da comercialização também é importante do ponto de vista do consumidor, que freqüentemente tem sido prejudicado pelas improvisações características do caótico processo de abastecimento.

QUADRO 05 – BRASIL – PREÇOS RELATIVOS DE CULTURAS SELECIONADAS 1980-85

PRODUTO/ESTADO	1980	1981	1982	1983	1984	1985
			Preço recebido[1]			
Soja/algodão (PR)	0,41	0,34	0,37	0,39	0,40	0,51
Soja/milho (PR)	1,97	1,56	1,73	1,68	2,30	1,65
Algodão/milho (PR)	4,83	4,65	4,72	4,37	5,79	3,26
Soja/arroz de sequeiro (GO)	0,91	1,03	0,92	0,88	1,42	0,99
Arroz irrigado/arroz de sequeiro (RS-GO)	1,41	1,18	1,19	1,16	1,03	1,15
			Preço-base[2]			
Soja/algodão	0,35	0,34	0,34	0,27	0,42	0,44
Soja/milho	1,70	1,41	1,29	1,17	1,54	1,59
Algodão/milho	4,01	3,73	3,82	4,32	3,69	3,64
Soja/arroz de sequeiro	0,77	0,79	0,79	0,65	0,93	0,94
Arroz irrigado/arroz de sequeiro	1,00	1,00	1,00	1,20	1,19	1,17

FONTE – FGV/IBRE/CEA e CFP.
[1] Preço médio nos meses de concentração da safra;
[2] ver nota 2 do Quadro 04.

A instabilidade da renda agrícola, decorrente das variações de preço da produção primária, pode ser avaliada através do acompanhamento do poder de compra, em termos de insumos, destes produtos.

O Quadro 06 mostra, para alguns produtos e insumos selecionados, essa variação do poder de compra em relação ao ano anterior e à média dos anos 1980 a 1983. Verifica-se que, nos casos do algodão e do feijão, o agricultor precisaria despender em 1985 praticamente duas vezes a mesma quantidade de produto para comprar cada unidade de insumo, em relação ao ano anterior.

Tal situação tem repercussões sérias no que se refere à capacidade de autofinanciamento do setor e dificulta a adoção de um planejamento de investimentos agrícolas a longo prazo, contribuindo para a persistência dos baixos níveis da produtividade rural.

QUADRO 06 – REGIÃO CENTRO-SUL – QUANTIDADE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NECESSÁRIA PARA COMPRAR ALGUNS INSUMOS[1]
(kg de produto/unidade de insumo)

PRODUTO[2]	CLORETO DE POTÁSSIO (kg)			FORMICIDA (kg)			ENXADA (unidade)			ADUBADEIRA SEMEADEIRA DE UMA LINHA (unidade)			TRATOR MÉDIO (unidade)		
	MÉDIA 80/83	84	85	MÉDIA 80/83	84	85	MÉDIA 80/83	84	85	MÉDIA 80/83	84	85	MÉDIA 80/83	84	85
Algodão (PR)	0,52	0,30	0,68	2,21	1,66	3,29	5,90	4,12	8,23	243	113	291	20.059	16.248	35.410
Arroz (RS)	1,12	1,41	1,26	4,77	6,01	5,13	8,96	9,82	10,13	388	386	582	54.446[3]	76.628	60.951
Arroz (GO)	1,46	1,75	1,50	5,21	6,94	6,01	14,60	16,30	15,53	539	733	751	73.419[3]	79.407	77.404
Feijão (PR)	0,40	0,34	0,63	1,70	1,48	3,08	4,55	3,67	7,69	190	101	272	15.485	14.455	33.092
Milho (PR)	2,44	2,21	2,21	10,26	9,62	10,74	27,40	23,88	26,83	1.141	657	950	93.221	94.065	115.466
Soja (PR)	1,27	0,91	1,31	5,94	3,94	6,36	14,31	9,77	15,89	596	269	563	48.693[3]	38.494	68.370
Soja (RS)	1,54	1,11	1,46	6,56	4,74	5,96	12,32	7,74	11,77	534	304	676	74.914[3]	60.414	70.767

FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Preços no mês de julho, em Cr$ constantes de julho de 1985; [2] preços no período de concentração da safra, em Cr$ constantes de julho de 1985; [3] trator pesado.

ALGODÃO

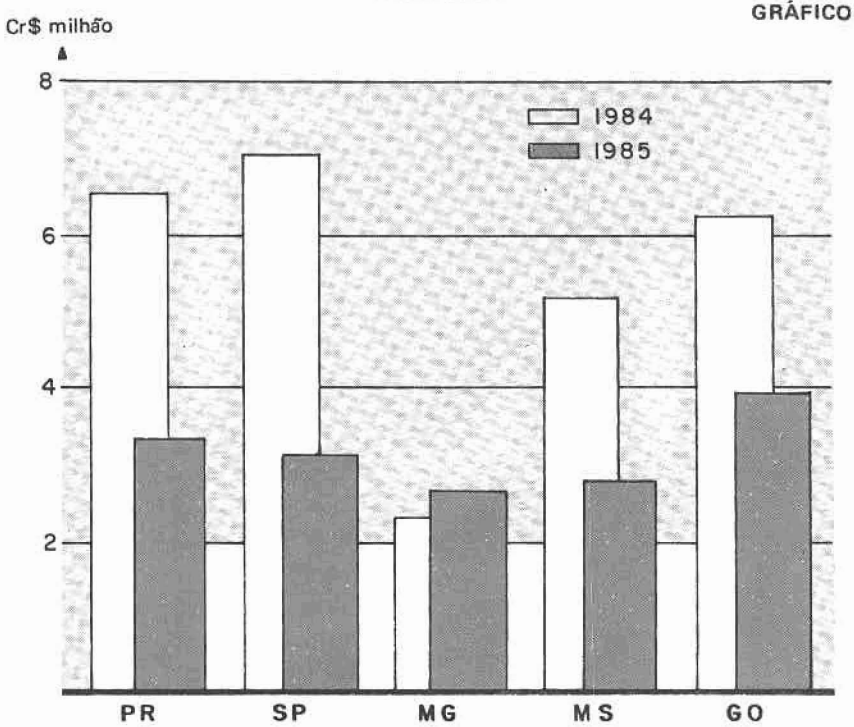
O excesso de oferta nos mercados interno e externo faz prever grande estoque no fim do ano comercial. Diante desta perspectiva, o governo está desincentivando a expansão da área cultivada da safra ora em plantio, que poderá ser em parte ocupada pelas lavouras de milho, feijão e arroz.

O plantio da próxima safra da região Centro-Sul está-se iniciando e novamente vêm à tona velhas questões. A disponibilidade do crédito de custeio, os preços recebidos pela safra recém-colhida, a situação de suprimento do mercado e a perspectiva de preços para a próxima colheita são as principais variáveis a influenciar a decisão de plantio do agricultor.

No ano passado, a disponibilidade de recursos foi bastante restrita, no âmbito do **Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR** (correção monetária plena mais 3% a.a.), e o suprimento de algodão no mercado, a partir de meados do ano, fazia supor que os preços em nível do produtor não seriam tão compensadores, em 1985. Mesmo assim, a área plantada expandiu-se em todos os estados produtores da região Centro-Sul, resultando numa produção sem precedentes. São Paulo e Paraná, os maiores estados produtores, aumentaram suas áreas cultivadas em quase 60%, o que, em conjunto, significou cerca de 350 mil ha a mais. Essa expansão proveio principalmente da substituição de lavouras como o milho e feijão, já que nesses estados, a fronteira agrícola está, há muito, inalterada.

ALGODÃO – ESTADOS SELECIONADOS – RECEITA BRUTA REAL[1] POR HECTARE – SAFRAS 1983/84 E 1984/85
(Cr$ milhão)

GRÁFICO 01



FONTE – IBGE e FGV/IBRE/CEA.
[1] Cruzeiros de julho/85 – IGP-DI.

O crescimento do plantio decorreu, assim, da boa rentabilidade da safra 1983/84 (ver Gráfico 01) e do preço básico da safra 1984/85, que incorporou o salto dado pela cotação do mercado, distanciando-se completamente da relação preço básico/preço mínimo. O preço básico fixado em 1984 garantia ao produtor uma remuneração bastante razoável, visto que seria corrigido pela **ORTN** durante oito meses, dois a mais do que nos anos precedentes. Mesmo que o agricultor vendesse sua produção para o governo, sua remuneração poderia ser boa. Vale destacar que, apesar de os preços de mercado terem ficado bem próximos do mínimo nos últimos anos, os produtores de algodão mantiveram praticamente constantes suas áreas cultivadas, à exceção do Paraná, que, na presente década, vem aumentando a área plantada (ver Gráfico 02). Assim, embora a produção no período 1980-85 tenha dobrado em todos os estados produtores, o maior incremento (53%) ocorreu justamente no último ano.

Para o plantio da safra 1985/86, o **VBC** foi reajustado em 238%, em-

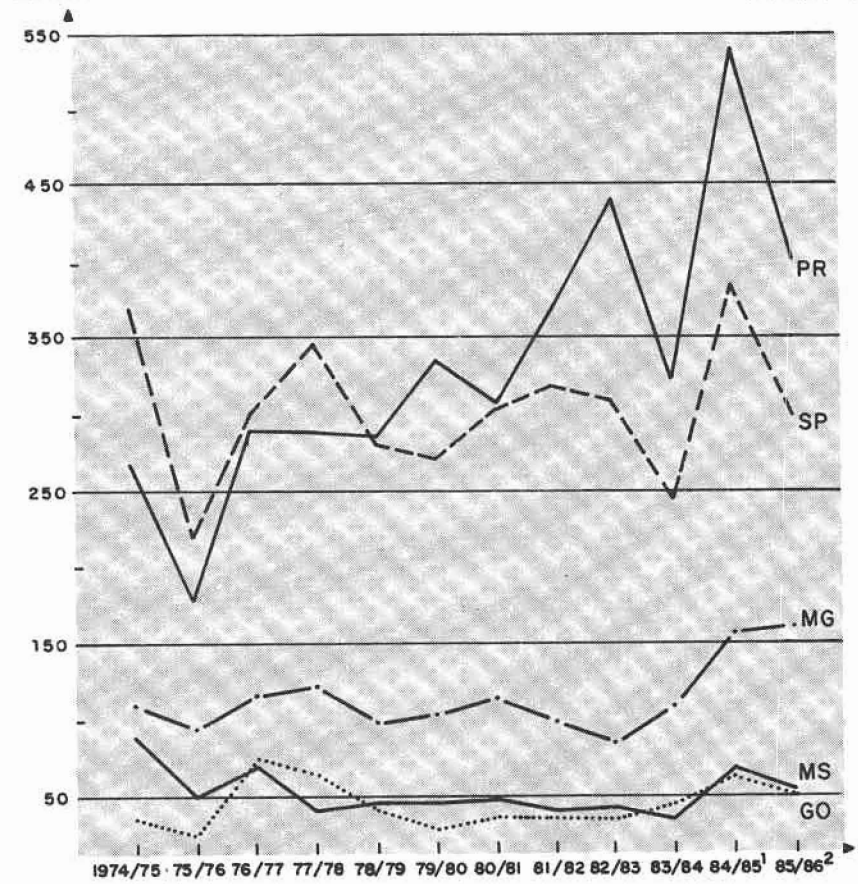
bora, mais uma vez, o governo tenha mantido o mesmo nível de acesso ao crédito para pequenos e grandes produtores, visto que, em 1984/85, a categoria de médios foi extinta. Os pequenos produtores farão jus a adiantamento de 60% do **VBC**, os médios, 50% e os grandes, 40%. Deve-se observar que, no caso do algodão, o valor bruto da produção por ha, calculado em **MVR's** é muito elevado, mesmo nas pequenas propriedades. De acordo com o **Censo Agropecuário** de 1980, a produção se concentra nos estabelecimentos de menos de 100 ha nos estados cotonicultores do Centro-Sul, à exceção de Goiás, onde, nessa faixa, produziram-se apenas 9,5% do total, em 1980. Neste estado, 31% da produção provieram de propriedades na faixa de 200 ha a 1.000 ha e 51% do total, de estabelecimentos de 1.000 ha a 10.000 ha. Em contrapartida, no Paraná e no Mato Grosso do Sul, cerca de 23% da produção foram obtidos em estabelecimentos na faixa de 2 ha a menos de 10 ha (ver Quadro 07).

No tocante à propriedade da terra, no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, boa parte dos produtores são arrendatários, com destaque para o último estado, onde cerca de 40% da produção de 1980 advieram dessa categoria. Além disso, no Paraná e São Paulo, 14,5% e 10%, respectivamente, da produção daquele ano foram cultivados por lavradores classificados como parceiros (ver Quadro 08). Esses dados censitários fazem supor que, mesmo sendo o algodão uma das lavouras que mais recebem crédito para o plantio, dado seu custo de produção elevado, uma parcela razoável de produtores não financia seu custeio no sistema formal de crédito, em razão da exigência do título de propriedade, pelo sistema bancário. Desse modo, variações nas normas de financiamento do **SNCR** têm menor impacto sobre a produção de algodão nesses estados, do que, por exemplo, em Goiás.

Em relação à próxima safra, su-

ALGODÃO – REGIÃO CENTRO-SUL – ÁREA COLHIDA POR ESTADO – 1974/75 – 1985/86
(mil ha)

GRÁFICO 02



FONTE – IBGE até a safra 1984/85.

1 Dados preliminares – levantamento de agosto;

2 projeção com base em informações divulgadas por produtores, cooperativas e secretarias dos estados.

QUADRO 07 – ALGODÃO – ESTADOS SELECIONADOS – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL – 1980

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)				
	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso do Sul
10 a menos de 100	60,3	50,2	42,0	9,5	53,9
10 a menos de 20	26,0	10,6	8,7	–	20,0
20 a menos de 50	24,8	22,7	18,8	2,6	24,2
50 a menos de 100	9,5	17,0	14,5	6,5	9,8
100 a menos de 1.000	15,1	40,3	48,0	39,1	20,3
100 a menos de 200	6,4	15,6	17,6	8,7	8,2
200 a menos de 500	5,4	17,4	18,1	19,4	6,4
500 a menos de 1.000	3,3	7,4	12,3	11,0	5,6
TOTAL	75,4	90,5	90,0	48,6	74,1

FONTE – Censo Agropecuário de 1980.

põe-se que novamente o preço do mercado ficará bem próximo do preço mínimo oficial, a ser fixado em 1º de abril de 1986. O excesso de oferta, que caracteriza hoje os mercados interno e externo, faz prever estoques elevados no final do ano comercial, impedindo qualquer estimativa que considere aumento nas cotações hoje vigentes (ver Gráfico 03).

A venda para o mercado internacional de parte dos excedentes só será viável com a cobertura do governo do diferencial relativo ao preço interno, que hoje chega a aproximadamente 30% para os tipos 7 para mais. Se o montante exportado até março de 1986 alcançar 150 mil t, como prevê programa da **CFP**, ainda assim, o país deverá ter um estoque de aproximadamente 200 mil t, basicamente em poder do governo. Tal perspectiva induziu as autoridades governamentais a procurarem desincentivar a expansão da área cultivada da safra algodoeira ora em plantio.

A intenção ficou patente na fixação do **VBC** e, de certo modo, no preço básico, que, apesar de inferior ao pretendido pelos produtores, ainda assim, garantir-lhes-á uma remuneração razoável (ver Quadro 09). Neste sentido, a área plantada na próxima safra deverá contrair-se em aproximadamente 20% no Centro-Sul, visto que os primeiros levantamentos do Paraná e São Paulo prevêem reduções nesse nível.

A lavoura do milho, melhor aquinhoada em incentivos, deverá ocupar as áreas liberadas pelo algodão. No Paraná, o feijão poderá também substituir o algodão, pois sua produção, a exemplo do que aconteceu com o milho, recebeu **VBC** e preço básico bastante estimulantes. Em Minas Gerais, a área plantada não deverá sofrer grandes alterações, pois, embora na região do Triângulo, o algodão deva ceder espaço ao milho, no Norte poderá até se expandir um pouco, devido aos excelentes rendimentos obtidos este ano. O Norte de Minas Gerais é a maior região produtora do estado e, na safra 1984/85, a boa distribuição das chuvas propiciou uma produtividade acima da média local, o que elevou substancialmente os ganhos do produtor, incentivando-o a investir na lavoura. Em Mato Grosso do Sul e Goiás, prevê-se uma queda de 10% a 15% na área a ser plantada.

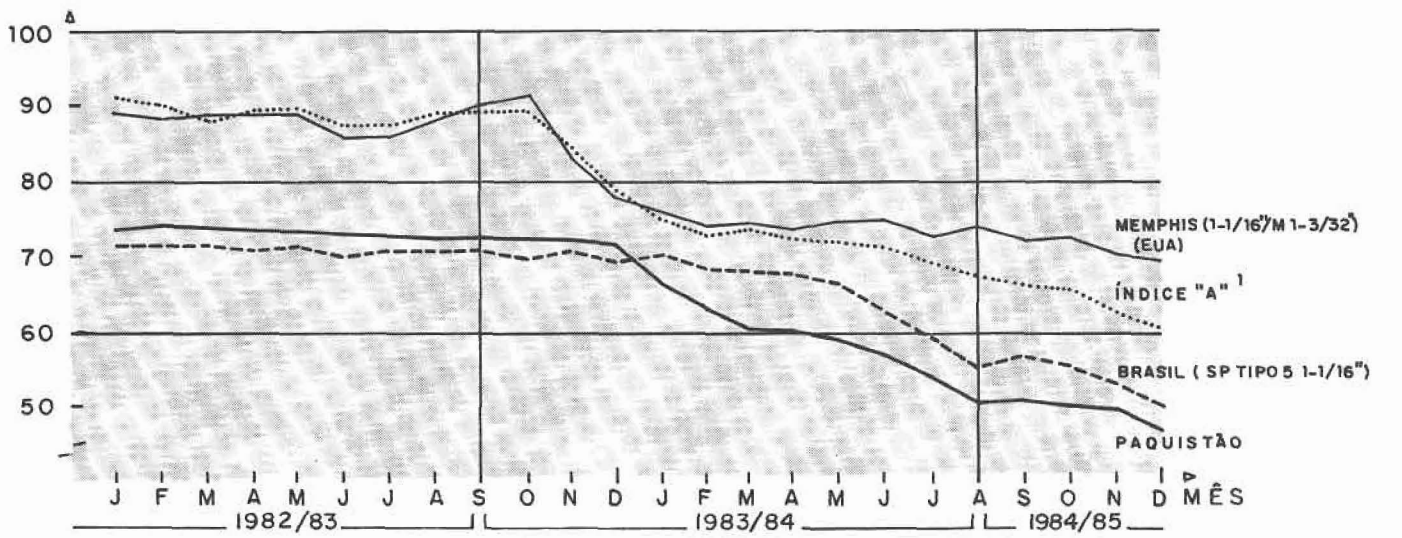
QUADRO 08 – ALGODÃO – ESTADOS SELECIONADOS – PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR – 1980 (%)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso do Sul
Proprietário	59,3	61,2	82,6	85,0	48,7
Arrendatário	23,8	26,1	14,0	13,1	38,9
Parceiro	14,5	10,1	–	–	6,3

FONTE – Censo Agropecuário de 1980.

ALGODÃO – COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS NOS PORTOS DO NORTE DA EUROPA (CIF) – ANOS COMERCIAIS 1982/83 A 1984/85
(US¢ /libra-peso)

GRÁFICO 03



FONTE – Cotton Outlook e Cotton-Review of the World Situation.

[1] Média dos cinco menores preços (dentre dez) dos diversos algodões cotados no norte da Europa (preços CIF).

Em conjunto, as diminuições de áreas nos estados do Centro-Sul não serão suficientes para retornar aos níveis anteriores, mantendo-se, pois, a tendência de expansão da produção. Deve-se ressaltar, porém, que a maior incidência do **bicudo** em São Paulo e sua possível extensão ao Paraná, estado onde o manejo integrado de pragas já é bastante difundido, poderá prejudicar o desempenho da lavoura, em face das dificuldades e dos altos custos para o seu controle. No Nordeste, onde o **bicudo** já se alastrou por vários estados, estudos recentes dão como certa a extinção, a médio prazo, do algodão arbóreo. Esta lavoura não pode conviver com a praga, pois existe a recomendação de queima dos restos de cultura, a cada colheita, para interromper o ciclo de propagação. Convém lembrar, ainda, que, devido à grande participação de meeiros e arrendatários na produção de algodão do Centro-Sul, esta poderá reduzir-se além do esperado, em virtude do **Plano Nacional de Reforma Agrária**, que trouxe apreensões aos grandes proprietários. Poderia não ocorrer a renovação dos contratos de arrendamento e parceria, pois há o temor de futuras reivindicações de terras. Efetuando o plantio de suas próprias áreas, os proprietários talvez prefiram o milho devido ao seu menor custo e ao **VBC** concedido. Nos estados centrais, também o arroz poderia ocupar parte da área.

Quanto à demanda da matéria-prima, o desempenho da indústria têxtil no primeiro semestre superou as expectativas, apesar da elevada redução das vendas para o exterior. A queda nos preços reais do algodão, e a melhoria dos salários, favoreceram as vendas do comércio especializado, que se processaram em níveis superiores às observadas no mesmo período de 1984 (ver Gráfico 04). A recuperação do mercado interno poderá, no entanto, não ocorrer, caso a indústria continue majorando seus preços de modo a recuperar o que perdeu durante o período de recessão

QUADRO 09 – REGIÃO CENTRO-SUL – COMPARATIVO ENTRE PREÇO MÍNIMO[1], PREÇO BÁSICO E CUSTO OPERACIONAL[2] PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS – SAFRA 1985/86

PRODUTO	PREÇO BÁSICO SAFRA 1985/86 (Cr$) A	CUSTO OPERACIONAL SAFRA 1985/86 (Cr$) B	A/B	PREÇO MÍNIMO PROJETADO SAFRA 1985/86 (Cr$) C	PREÇO RECEBIDO[3] SAFRA 1984/85 (Cr$) D	C/D
Algodão (15 kg)	33.840	209.403	1,15	68.356	22.735	3,00
Arroz irrigado (50 kg)	61.200	44.884	1,36	123.624	42.650	2,89
Feijão (60 kg)	155.040	112.606	1,38	201.889	78.780	2,56
Milho (60 kg)	37.200	35.526	1,05	75.144	26.540	2,83
Soja (60 kg)	59.040	57.898	1,02	119.260	47.400	2,52

FONTE – CFP e FGV/IBRE/CEA.

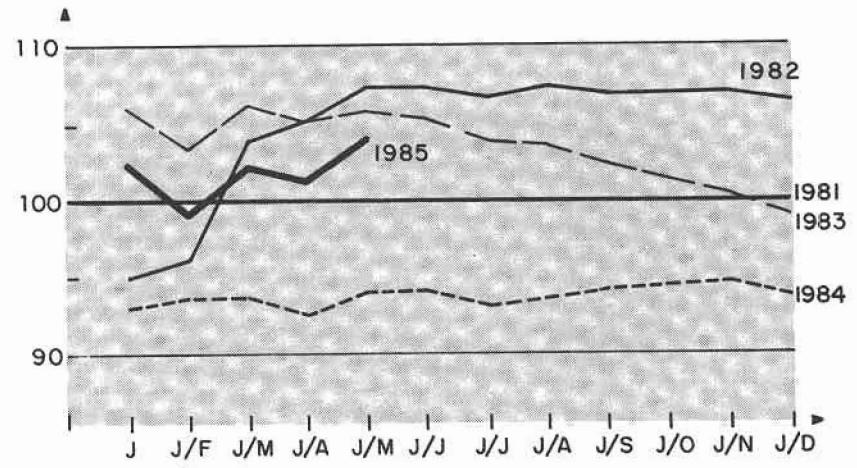
1 Preço projetado para abril de 1986, com base numa correção monetária média no período setembro/abril de 9,2%. No caso do feijão, o preço mínimo é fixado a partir de 1º de novembro;

2 calculado pela CFP;

3 média simples dos três meses em que se concentra a comercialização no nível do produtor: março a maio: algodão, arroz e milho; fevereiro a abril: feijão; abril a junho: soja.

BRASIL – COMÉRCIO GERAL – INDICADOR DO NÍVEL DE CONSUMO (INC) – VARIAÇÃO ACUMULADA[1] (VALORES REAIS) – 1981-85

GRÁFICO 04



FONTE – Ministério da Indústria e do Comércio.

1 Base – igual período do ano anterior;

2 deflator específico para cada ramo do comércio.

mais aguda (meados de 1983 até o final do terceiro trimestre do ano passado). A evolução dos preços reais do algodão no mercado atacadista e dos produtos manufaturados têxteis ilustra esta situação. A indústria não foi capaz de repassar ao consumidor a alta do algodão ocorrida de meados de 1983 até o início de 1984, temerosa de uma retração ainda maior na época. Aos primeiros sinais de recuperação, no entanto, seus preços dispararam, tentando recuperar as perdas anteriores. Dessa forma, embora o preço real do algodão no início do ano se mantivesse inferior ao de 1984, os produtos têxteis experimentaram majorações constantes e superiores às taxas de inflação. A vigilância do **CIP** deverá frear esse processo, não obstante o mercado vir suportando os aumentos sem reflexo aparente nas vendas.

A queda das taxas de inflação, se houver, deverá propiciar a manutenção do ritmo dos negócios, compensando a contração das exportações. Depois de conseguir um recorde em 1984, os exportadores enfrentam atualmente um período de desaquecimento, podendo-se prever para este ano um declínio na receita de aproximadamente 20%, visto que também o preço médio de exportação vem caindo continuamente para a maioria dos produtos. A existência de excedentes de algodão no mercado internacional, além de reduzir as cotações da fibra, avilta os preços dos produtos manufaturados, devido ao aumento da oferta por parte de regiões como **Formosa** e **Hong Kong**, grandes importadores da matéria-prima. A produção mundial, que ficou praticamente estabilizada no nível de consumo, no período 1981/84, deu um salto na atual safra, passando de 67,8 milhões de fardos, em 1983/84, para 85 milhões, em 1984/85. Como o consumo deve manter-se em torno de 70 milhões, o excedente irá inflar os estoques, que devem alcançar 40 milhões de fardos no final do ano comercial, contra 25 milhões em setembro no ano passado.

QUADRO 10 – ALGODÃO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAL – 1980/81 A 1985/86
(milhões de fardos)

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	OFERTA TOTAL	CONSUMO	ESTOQUE FINAL
1980/81	21,8	65,0	86,8	65,9	20,9
1981/82	20,9	71,1	92,0	66,1	25,9
1982/83	25,9	68,1	94,0	68,2	25,8
1983/84	25,8	67,8	93,6	69,0	24,6
1984/85[1]	24,6	85,0	109,6	69,7	39,9
1985/86[2]	39,9	77,9	117,8	71,1	46,7

FONTE – Cotton – Foreign Agriculture Circular – USDA.
[1] Estimativa referente ao mês de julho de 1985;
[2] projeção.

Em 1985/86, a produção poderá apresentar ligeiro decréscimo, mas os estoques finais possivelmente crescerão mais uma vez, chegando próximo aos 45 milhões de fardos, ou seja, cerca de 65% do consumo estimado para o período (ver Quadro 10). Desse modo, é mínima a possibilidade de aumento das cotações de algodão no médio prazo, a não ser que ocorra algo que prejudique a safra 1985/86.

A manutenção dos atuais níveis de preços no mercado externo, além de atuar como um fator inibidor da exportação de têxteis, dificultará as vendas de algodão em pluma programadas para este ano e 1986.

A situação superavitária interna não deverá alterar-se de forma considerável no próximo ano, mesmo com o declínio previsto na produção da região Centro-Sul, que provavelmente se aproximará de 560 mil t, correspondendo a 90% do consumo estimado para 1986. Como, na melhor das hipóteses, o estoque interno em março próximo será de 200 mil t e a safra do Nordeste, em 1986, não se reduzirá, devido aos bons preços atualmente pagos aos produtores, o excedente continuará bastante elevado. Desse modo, os preços do algodão manter-se-ão em baixa, bem próximos ao mínimo a ser fixado em 1º de abril (Cr$ 69 mil/@, aproximadamente).

A **colagem** dos preços de mercado ao mínimo poderá acarretar novamente, em 1986, os problemas de administração e colocação dos estoques no mercado, que caracterizaram o corrente ano. Além disso, caso as taxas de inflação sejam, na época, declinantes, a indexação dos preços dos produtos comprados pela **CFP** deixará o governo em posição bastante desconfortável. Nesse momento, a opção provável será colocar o produto no mercado a um preço que não remunere o capital investido às mesmas taxas cobradas pelos **EGF's**, ou seja, correção monetária e juros de 3% a.a., mais despesas diversas. Isto já ocorreu este ano na comercialização de diversos produtos, causando polêmica entre os órgãos envolvidos na administração dos estoques, o que retardou a entrada do algodão no mercado. Enquanto a comercialização do algodão estiver **amarrada** aos custos dos **EGF's**, a formação dos estoques será sempre onerosa e problemática. Neste caso, ou o governo federal muda a remuneração do crédito dos empréstimos ou assume o subsídio relativo à sua recolocação no mercado. Vale notar que, devido a dificuldades de tabelamento dos produtos no varejo, o diferencial de preço dificilmente será repassado ao consumidor, sendo apropriado mais uma vez pelos agentes que atuam no atacado.

ARROZ

A estimativa preliminar do **IBGE** *para o plantio da safra 1985/86 atribuiu ao arroz o maior incremento de área, que seria entre 7 e 9% maior do que a do ano passado. Caso se concretize, representará a volta do arroz a terras anteriormente perdidas, principalmente para a soja. Será, também, um reflexo do apertado suprimento interno, da política agrícola recente e da ansiedade quanto à reforma agrária.*

No começo do ano, podia-se esperar que a atual entressafra transcorresse sem maiores problemas, com o governo federal controlando facilmente quaisquer movimentos indesejáveis do mercado. No entanto, chegado o segundo semestre, retornaram as antigas ameaças de intervenção através de tabelamentos, houve o anúncio de futuras importações e, em alguns momentos, os produtores acenaram com a possibilidade de um boicote semelhante ao de 1984.

Os problemas que levaram à atual configuração da atividade arrozeira são conhecidos. Ao contrário de outras lavouras tradicionalmente destinadas ao abastecimento do mercado interno, parcela significativa da produção origina-se de propriedades altamente tecnificadas e é merecedora de estudos e atenções por parte de importantes instituições. À semelhança daquelas, porém, padece dos males de uma política agrícola freqüentemente adversa. Como uma atividade caracterizada por forte dicotomia — produtores capitalizados, médios e grandes, e pequena produção de base familiar — a orizicultura reflete prontamente estímulos dados via crédito (decisivo para os grandes produtores) e preços e é afetada pela contração da renda dos assalariados.

Atualmente, a quase totalidade da safra 1984/85 já foi colhida e o resultado obtido chega a ser surpreendente. Afinal, na safra passada, manteve-se o processo de retração da área plantada e, segundo o **IBGE**, a área colhida, até setembro, é 11% menor do que a do ano passado (ver Quadro 11).

QUADRO 11 – BRASIL – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DA SAFRA 1984/85, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	720.969	3.207.046	4.448
Goiás	859.980	1.114.410	1.296
Minas Gerais	538.245	848.171	1.576
Maranhão	642.068	622.877	970
Mato Grosso	407.426	523.890	1.286
São Paulo	309.400	496.800	1.606
Santa Catarina	144.005	446.366	3.100
Mato Grosso do Sul	242.016	322.689	1.333
Paraná	200.000	296.000	1.480
Piauí	209.506	270.656	1.292
Rondônia	147.851	220.548	1.492
Pará	99.680	131.986	1.324
Rio de Janeiro	32.205	104.709	3.251
Espírito Santo	35.151	97.222	2.766
Ceará	37.147	89.420	2.407
Bahia	49.015	66.513	1.357
Sergipe	10.181	29.087	2.857
Acre	22.520	27.792	1.234
Alagoas	6.333	16.858	2.662
Paraíba	9.360	15.446	1.650
Pernambuco	5.807	20.041	3.451
Roraima	8.123	13.285	1.635
Distrito Federal	6.682	8.482	1.269
Rio Grande do Norte	7.551	8.527	1.129
Amazonas	3.206	3.218	1.004
Amapá	1.272	1.432	1.126
BRASIL	4.755.699	9.003.471	1.893

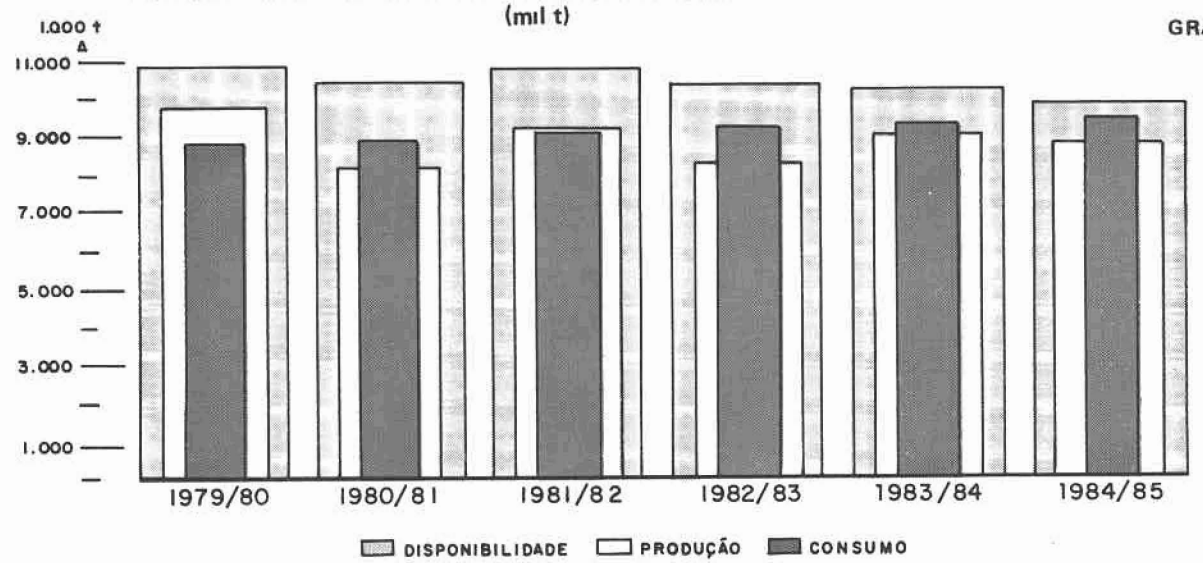
FONTE – IBGE, setembro de 1985.

É bem verdade que, desde o início do plantio tinha-se a esperança de um bom rendimento físico, mas havia que se considerar as seqüelas de dificuldades climáticas surgidas durante o desenvolvimento das lavouras. Logo em princípios do ano, houve a estiagem nos arrozais gaúchos e fortes chuvas no Maranhão. Apesar disto, a produtividade foi excepcional: em termos médios, a mais elevada das últimas décadas, com algumas regiões do Rio Grande do Sul superando os 5.000 kg/ha.

A safra está avaliada em 9 milhões de t, ligeiramente inferior à do

BRASIL – ARROZ EM CASCA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA - 1979/80 A 1984/85
(mil t)

GRÁFICO 05



FONTE- CFP.

ano passado, e há um excesso conjuntural de oferta no Sul, mas a situação do abastecimento não é tranqüilizadora. Aliás, a última safra de arroz em que a produção superou folgadamente o consumo foi a de 1979/80 (9,8 milhões de t produzidas). Desde então, mesmo com a retração do consumo(1), apenas em 1981/82 conseguiu-se um precário equilíbrio entre a oferta e a demanda. Sem as importações, não seria possível atender às necessidades do mercado a preços acessíveis e compatíveis com as intenções de contenção da alta inflacionária. O Gráfico 05 apresenta a evolução do balanço de oferta e demanda no Brasil, nos últimos anos.

Em 1985, o maior desfalque na produção proveio das enchentes no Nordeste. No Maranhão, cuja safra foi estimada, pelo **IBGE**, no início do ano, em 1,2 milhão de t, a força das águas destruiu grandes extensões de arrozais (calculou-se, à época, uma perda de 21% da área plantada e de 43% da produção), havendo a possibilidade de quebra ainda maior, em razão dos danos à estrutura viária. Hoje, calcula-se a safra em apenas 623 mil t. Também o longo período chuvoso acarretou menor luminosidade, o que afetou a qualidade do produto colhido. No Piauí, houve divergências quanto aos reais efeitos das chuvas sobre as lavouras. A colheita da safra piauiense encerra-se oficialmente em novembro e a estimativa do **IBGE**, de setembro, mostra que as plantações se beneficiaram com a elevada pluviosidade: 271 mil t, talvez a maior safra já colhida no estado.

A grande quebra da safra maranhense, porém, criou um sério desequilíbrio no abastecimento, no país. Segundo a **CFP**, a região Norte-Nordeste apresenta, este ano, um déficit, a ser suprido, de 314 mil t. Devido a isto, as cotações do produto no Maranhão têm estado extremamente elevadas, há meses.

No Centro-Sul, ao contrário, verifica-se um excedente ponderável, estimado pela **CFP** em 724 mil t. Na verdade, deve ser ainda maior, pois há o fluxo normal de 250 mil t/ano enviadas regularmente ao Norte-Nordeste e não computadas naquele primeiro número.

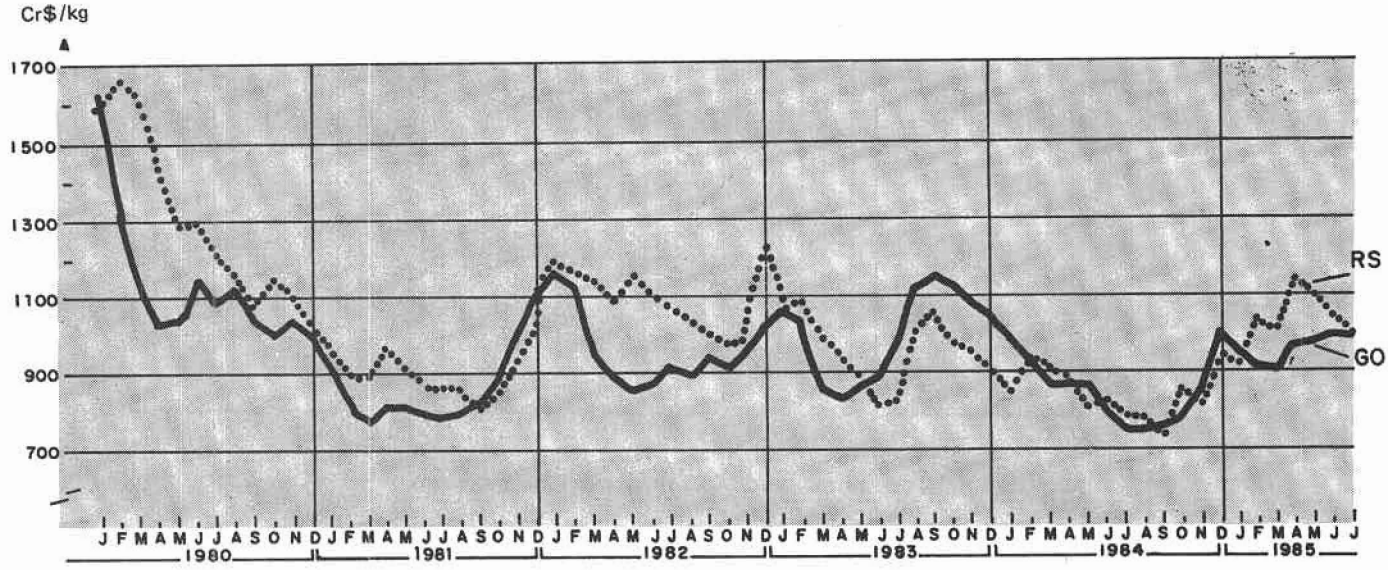
Este excedente, excessivamente concentrado no Rio Grande do Sul (produtor de 36% da safra), responde por parte dos problemas da comercialização. Seu peso sobre as cotações manteve o mercado deprimido e associou-se à incapacidade dos maquinistas/beneficiadores de absorverem os custos de estocagem como os principais fatores que levaram às elevadas aquisições do governo federal. Além disso, o bom preço básico estabelecido no ano passado, com um maior período de reajuste, resultou num preço mínimo superior ao preço praticado no mercado. O afastamento dos maquinistas teve também como motivo a expectativa de futura colocação dos estoques governamentais em leilões a preços mais favoráveis. Atualmente, ainda supridos, não vêm mostrando interesse nas vendas do estoque oficial, em razão de se leiloar produto situado longe dos centros beneficiadores. A previsível diminuição da intensidade dos leilões poderá reaquecer o mercado.

Embora o consumo total de arroz, este ano, tenha-se ampliado (9,4 milhões de t) em face da melhoria do

(1) *A* **Companhia de Financiamento da Produção** *calculou, em 1983, o consumo das safras 1980/81, 1981/82, e 1982/83, em 9,2, 9,4, e 9,5 milhões de t. A diminuição do poder de compra dos consumidores fê-la modificar suas estimativas para 9, 9,1 e 9,2 milhões de t, respectivamente.*

RIO GRANDE DO SUL E GOIÁS – ARROZ EM CASCA – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES – 1980–85
(Cr$/kg)

GRÁFICO 06



FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Corrigidos, pelo IGP-DI, para julho de 1985.

poder de compra da população, a esperada pressão sobre suas cotações deixou de acontecer, em grande proporção. Isto se deveu ao fato de a safra 1983/84 ter legado estoques de 1,1 milhão de t e à metódica realização de leilões da **SEAP/CFP** (1,2 milhão de t, até meados de outubro), aliada aos **acordos de cavalheiros** e ao controle das margens de lucro dos supermercados (responsáveis pelo atendimento de 55% do varejo do arroz, em São Paulo).

As controvertidas importações, cuja necessidade foi estimada em 400 mil t, deverão chegar próximo ao fim do ano (apenas 150 mil t foram contratadas, até o momento) com vistas ao pleno abastecimento do mercado pelo menos até março.

Deste modo, as cotações do arroz apresentaram recuperação, em relação ao ano passado (e para isso contribuiu o preço oficial), mas não significaram ganhos elevados para os agricultores, pelo menos para os que não conseguiram obter grandes avanços em seus rendimentos físicos por hectare. O Gráfico 06 mostra que, tanto no Rio Grande do Sul, maior produtor de arroz irrigado, quanto em Goiás, este ano o principal produtor de arroz de sequeiro, os preços recebidos pelos agricultores nada tiveram de excepcional. Desde outubro de 1984, até fins de setembro passado, a remuneração do produtor goiano apenas acompanhou o IGP, situando-se em 225,5%. Já no varejo, conforme o Quadro 12, vê-se que em São Paulo, atingiram-se preços semelhantes aos de 1980, quando as cotações estiveram em níveis elevados, porque houve frustração das duas safras anteriores e foi extinto o tabelamento, em outubro de 1979.

QUADRO 12 – CIDADE DE SÃO PAULO – ARROZ – PREÇO[1] NO VAREJO – 1980-85
(Cr$/kg)

MÊS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Janeiro	3.934	2.811	3.324	3.305	2.698	2.848
Fevereiro	3.888	2.550	3.318	3.458	2.752	3.104
Março	3.354	2.493	3.254	3.029	2.662	3.743
Abril	3.469	2.553	3.090	2.919	2.577	3.119
Maio	3.345	2.562	3.063	2.699	2.608	3.263
Junho	3.326	2.482	2.964	2.769	2.527	5.190
Julho	3.264	2.497	2.922	3.106	2.583	3.029
Agosto	3.040	2.466	2.963	3.526	2.667	
Setembro	2.974	2.543	2.879	3.329	2.507	
Outubro	3.051	2.598	2.822	3.233	2.536	
Novembro	3.013	2.653	2.927	2.949	2.816	
Dezembro	2.957	2.906	3.095	2.754	2.824	

FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Corrigidos, pelo IGP-DI, para o mês de julho de 1985.

Apesar do aparente quadro de dificuldades no mercado orizícola, há alguns anos, a produção de arroz do Rio Grande do Sul apresenta firme crescimento (ver Quadro 13). A adequação das planícies inundáveis do estado a este cultivo levou à imobilização de grandes capitais, que, se por um lado, obriga à permanência na atividade, por outro propicia a obtenção de ganhos razoáveis, mediante o uso intensivo da mecanização e das melhores técnicas disponíveis. O **Anuário Estatístico** do **Irga** permite observar que, nas lavouras de mais de 9 ha, as operações básicas de preparo da terra são quase totalmente mecanizadas (99,7% da lavração, 99,9% da gradeação, 98,9% da semeadura e 93,5% da adubação). A colheita é 99,5% mecanizada e apenas a aplicação de **defensivos agrícolas** apresenta maior grau de não-mecanização: 14,8%.

Atualmente, com a recente introdução — e rápida difusão — de cultivares melhorados de variedades de linhagens norte-americanas (**BR/Irga — 409, 410** e **411**), começa-se a discutir o real potencial de expansão pelo estado dos benefícios das novas tecnologias. Talvez possa estar próximo o esgotamento da capacidade de aumento do rendimento agrícola, iniciando-se uma fase de ganhos marginais decrescentes. Parece haver consenso no estado de que as áreas hoje irrigadas superam a capacidade efetiva de cobertura do equipamento empregado. Como as novas variedades altamente produtivas possuem ciclo vital maior, a necessidade de água das plantações aumentou. Deste modo, mesmo que houvesse retração da área de cultivo, o total da safra gaúcha poderia até aumentar. Bastaria que fossem cortadas as **franjas** das propriedades, áreas em que a irrigação não é tão eficiente, e centrar os recursos disponíveis nos terrenos mais próximos aos açudes, plantando os melhores cultivares.

No entanto, durante mais alguns anos, as lavouras gaúchas de arroz deverão manter sua expansão territorial. O recalque da água cada vez mais é feito à base de eletricidade, abandonando-se a maquinaria **Diesel**, mais onerosa. Calcula-se que o projeto de eletrificação e aproveitamento das terras adjacentes à Lagoa Mirim, em andamento, poderá dobrar a extensão dos arrozais de Santa Vitória do Palmar, segundo maior município produtor do estado.

QUADRO 13 — ARROZ EM CASCA — ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO NO RIO GRANDE DO SUL E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO BRASIL — 1975/76 A 1984/85

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	%	PRODUÇÃO (t)	%	RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha) RS	BR[1]
1975/76	520.000	7,8	1.850.000	19,0	3.558	1.315
1976/77	566.000	9,4	2.105.000	23,4	3.719	1.412
1977/78	538.800	9,6	2.009.103	27,5	3.729	1.342
1978/79	525.000	9,6	1.675.000	22,0	3.190	1.412
1979/80	598.982	9,6	2.293.386	23,4	3.829	1.426
1980/81	612.912	10,1	2.455.360	29,7	4.006	1.410
1981/82	624.254	10,4	2.589.885	26,6	4.149	1.515
1982/83	636.539	12,5	2.220.497	28,6	3.488	1.487
1983/84	724.614	13,5	3.119.013	34,6	4.304	1.696
1984/85	720.969	15,2	3.207.046	35,6	4.448	1.767

FONTE — IBGE.
[1] Média aritmética, sem o Rio Grande do Sul.

Para a safra 1985/86, as estimativas são de um aumento da área de cultivo, avaliado pelo **GCEA**, em 28/09, em até 3,5%. O arroz de sequeiro, bastante minoritário no Rio Grande do Sul, deverá expandir-se 5%, havendo quem acredite em um aumento de 10%. De acordo com o **Depa-RS**, há outro estímulo à expansão, pois os grandes produtores de arroz foram beneficiados com os novos limites do **VBC** (ver Quadro 14) e sua remuneração média, desde outubro de 1984, evoluiu 258%.

Além dos rendimentos crescentes, proporcionados pelo uso de cultivares selecionados (malgrado os danos causados pela **Circular 706**, do **Banco Central**, através da mistura varietal), um fator de ordem estritamente conjuntural vem sendo apontado como bastante ponderável na decisão de plantar mais: o temor de uma reforma agrária em áreas normalmente ociosas.

No Rio Grande do Sul, é importante a produção em terras arrendadas (6% dos informantes e 30% da área cultivada), em moldes diferentes daqueles de regiões de plantio tradicional. Segundo o **Incra**, a área média por contrato de arrendamento, é, no Rio Grande do Sul, superior a 120 ha e, no Maranhão, por exemplo, pouco superior a 20 ha.

No caso de uma lavoura amplamente disseminada pelo país, como o arroz, não é possível elaborar-se uma análise agregada da atividade, tais as discrepâncias regionais. Este ano, porém, a influência dos instrumentos de política agrícola, normalmente decisiva, faz-se sentir sobre as mais distantes zonas de produção, ao lado da expectativa quanto ao **Plano Nacional de Reforma Agrária**. O próximo preço mínimo não causará tanta influência quanto o que vigorou na safra 1984/85, mas o reflexo das elevadas compras governamentais deste ano (1,4 milhão de t de **AGF's**, até 13/09) está-se fazendo sentir sobre a decisão de plantio dos agricultores, também na zona do arroz de sequeiro.

Em Goiás, por exemplo, a área de plantio da safra passada foi baixa, para os padrões locais; apenas 846,8 mil ha e se supõe que deva che-

gar, na safra 1985/86, aos 950 mil ha. A do arroz irrigado ainda é insignificante (cerca de 32 mil ha). Lá, existe também a influência da atual fase do ciclo da pecuária. A confiança nas expectativas de bons preços para os rebanhos deverá levar à abertura de novas pastagens, processo que sempre acarreta prévio aumento do plantio do arroz. Outras lavouras temporárias, como o milho, serão beneficiadas, do mesmo modo. Há, porém, o problema da estiagem, que está atrasando as operações de plantio. No Mato Grosso do Sul, apenas as poucas lavouras irrigadas conseguiram plantar, até o início de outubro.

Já no Maranhão, onde a maior parte das lavouras é bastante rústica e as oscilações da produção são freqüentes (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 5), estima-se que, apesar da devastação das enchentes, poderá haver aumento de área. Ainda é cedo para maiores definições, mas se sabe que os agricultores mais capitalizados das regiões de Balsas e Imperatriz conseguiram vender bem suas safras. A quebra, que provocou o grande desfalque da oferta estadual, também alçou às alturas o preço do arroz maranhense e quem tinha o que vender fez bons negócios. Paralelamente, existe a resistência dos produtores mais tradicionais, arraigados a velhos hábitos. O caráter mais **comercial** que a orizicultura apresenta em outras partes do país ainda não é determinante para a decisão do plantio maranhense e o arroz é cultivado com grãos próprios e sem o recurso ao crédito. Aliás, a pouca disponibilidade de recursos na rede bancária é o único impedimento para os grandes produtores, segundo a **CFP**. Há que se destacar, porém, os recentes ganhos de áreas pelo milho e, em menor escala, pela soja, cuja variedade **tropical** foi bem aceita no Sul do estado. A longo prazo, poderão essas duas culturas competir com a do arroz, pelo menos em algumas áreas de maior tecnificação.

Hoje, considera-se que, em geral, o arroz de sequeiro enfrenta sérios problemas de produção e de mercado. Segundo o **Centro Nacional de Arroz e Feijão**, da **Embrapa**, esta configuração adversa tende a mudar, em futuro próximo. Para tanto, confia-se na experiência adquirida mediante pesquisa científica sistemática, com vistas à redução do alto risco do cultivo e vem desenvolvendo técnicas que começam a despertar o interesse de outros países. Espera-se que a difusão de cultivares especialmente desenvolvidos para os cerrados traga maior alento à orizicultura não irrigada, o que, sem dúvida, poderá alterar substancialmente a produção brasileira.

O tratamento diferenciado dos agricultores que cultivam o arroz de sequeiro, principalmente os pequenos, nunca atingiu a abrangência já muitas vezes sugerida, por órgãos do governo federal. A persistir a tendência dos últimos anos, haverá importações para assegurar o pleno abastecimento do mercado interno.

QUADRO 14 – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO – SAFRAS 1984/85 E 1985/86

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRA 1984/85			SAFRA 1985/86		VARIAÇÃO PERCENTUAL	
		Limite de financiamento[1]			Limite de financiamento[2]		
	VBC's	Mini e pequeno produtor	Médio e grande produtor	VBC's	Mini, pequeno, médio e grande produtor	Mini e pequeno produtor	Médio e grande produtor
IRRIGAÇÃO MECÂNICA							
Até 3.000	751.000	600.800	450.600	2.582.000	2.065.600	244	358
3.001/3.600	870.000	696.000	522.000	2.965.000	2.372.000	241	354
3.601/4.200	971.000	776.800	582.600	3.511.000	2.808.800	261	382
4.201/5.000	1.106.000	884.800	663.600	3.962.000	3.169.600	258	378
Acima de 5.000	1.155.000	924.000	693.000	4.117.000	3.293.600	256	375
IRRIGAÇÃO NATURAL							
Até 3.000	597.000	477.600	358.200	2.106.000	1.684.800	252	370
3.001/3.600	659.000	527.200	395.400	2.309.000	1.847.200	250	367
3.601/4.200	725.000	580.000	435.000	2.746.000	2.196.800	279	405
4.201/5.000	813.000	650.400	487.800	3.054.000	2.443.200	276	401
Acima de 5.000	862.000	689.600	517.200	3.029.000	2.423.200	251	369

FONTE – Banco Central do Brasil; DEPA-RS.

[1] Na safra 1984/85, os limites de financiamento foram de 80% para mini e pequenos produtores e de 60% para médios e grandes;

[2] na safra 1985/86, o limite de financiamento deverá ser de 80%, independentemente da classificação em que se enquadra o produtor.

FEIJÃO

A boa comercialização deste ano fez supor um forte incremento no plantio do feijão na safra das águas, em algumas regiões. Para os produtores mais capitalizados, também as condições do financiamento de custeio atuaram como um fator de estímulo. Ainda se acredita na ampliação do cultivo, mas a estiagem está provocando re-estimativas sucessivas.

O cultivo do feijão é característico de pequenas propriedades e usa pouca tecnificação. Originalmente associado à produção de subsistência, juntamente com a criação rústica de suínos e a **roça** familiar, passou recentemente por um processo de **modernização**, embora em menor escala do que o verificado em outras culturas alimentares, como a do arroz. Desenvolve-se uma segmentação incipiente entre os minifúndios tradicionais e aqueles que procuram produzir excedentes para comercialização, evoluindo para médias empresas familiares.

Mesmo nos principais estados produtores, porém, a atividade ainda é primitiva. No Paraná, por exemplo, dados do **Censo** de 1980 mostram que 64% dos lavradores não empregam nenhuma tecnologia e apenas 6,4% utilizam sementes selecionadas, associadas à irrigação e ao uso de adubos e **defensivos agrícolas**. A situação é pior em Santa Catarina e na Bahia, porque as lavouras que utilizam apenas sementes comuns e mais nada são 68% do total.

Em São Paulo, onde o cultivo assume forma mais **comercial**, 20% das propriedades usam sementes selecionadas e alguma tecnologia, 46% empregam tecnologia e sementes comuns e 30% só sementes comuns.

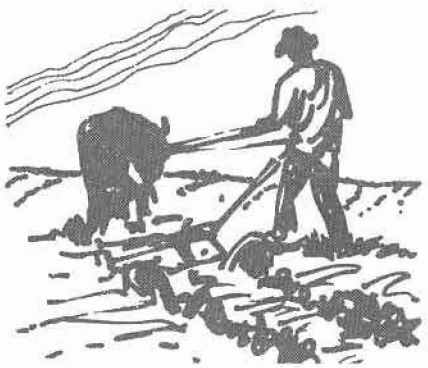
A rusticidade das lavouras e os longos anos em que não mereceu atenção dos organismos oficiais de pesquisa geraram a conhecida instabilidade da produção e seus fortes reflexos sobre os preços. Ao elaborar, pela segunda vez, seu **Custo da Produção — Estimativa 1ª Safra**, a **Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul — Fecotrigo** — questionou "qual o significado de um bom **VBC** numa lavoura onde somente 17,2% tomam recursos de crédito rural (RS) e onde talvez na próxima safra nem 10% o utilizem?". De fato, só se vale do **Valor Básico de Custeio** pequena parcela dos agricultores cujas lavouras destinam-se à comercialização.

O referencial mais importante para o produtor de feijão é o preço. Embora o reajuste do preço-base, fixado em 186% (Cr$ 155 mil), tenha sido inferior à evolução do **IGP-DI** no período de um ano (227%), a projeção do preço mínimo da safra (considerando-se uma correção mensal de 9%) mostra que deverá cobrir, com razoável folga, o financiamento do **VBC**. Apenas a mandioca, entre os alimentos produzidos para o mercado interno, apresenta maior margem, tendo recebido o melhor reajuste do preço-base (216,6%). Trata-se, porém, de um cultivo ainda mais problemático.

Na comercialização da safra das águas 1984/85, o preço mínimo serviu, efetivamente, para assegurar uma remuneração adequada. Desde a fixação do preço-base, reajustado em 276,4%, em agosto de 1984, sabia-se que, caso não ocorressem acidentes climáticos, o preço oficial seria o mais importante fator de sustentação do mercado. A produção obtida foi elevada (ver Quadro 15) e, não fosse a **Política de Garantia de Preços Mínimos**, a pressão de baixa sobre as cotações seria muito forte.

Já na safra da seca, cuja entrada se dá, no Centro-Sul, a partir de março, a quebra da produção, nos estados nordestinos (ver Quadro 16) provocou uma redução de 70 mil t, em relação à safra da seca anterior e teria repercutido mais intensamente sobre os preços, não fossem os estoques do governo federal. Aliás, até 13/9, o total das **AGF's** era de 518 mil t e os **EGF's** somavam 132 mil t.

O mercado esteve estabilizado em níveis considerados razoavelmente remuneradores, mediante o controle de possíveis movimentos especulativos, com os leilões oficiais. Não houve muito interesse por estas vendas durante semanas, o que sugere haver uma boa oferta ainda em poder dos atacadistas. Por sinal, a pouca demanda nos leilões parece demonstrar que a retração do consumo ainda não foi estancada, apesar da recuperação do poder aquisitivo, ocorrida no primeiro semestre. No Rio de Janeiro, por exemplo, o mercado do feijão preto



QUADRO 15 – FEIJÃO – PRODUÇÃO DA SAFRA DAS ÁGUAS – 1983/84 E 1984/85

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85
Paraná	670.327	659.500	461.887	475.000	689	720
Santa Catarina	243.118	255.485	204.528	229.251	841	897
Bahia	259.973	356.076	16.388	199.758	63	561
São Paulo	217.312	227.800	136.821	141.600	630	622
Rio Grande do Sul	149.909	152.566	105.049	113.026	701	741
Minas Gerais	267.302	246.193	93.386	80.245	349	326
Ceará	465.553	368.000	165.213	73.600	355	200
Piauí	196.228	277.949	64.354	53.284	328	192
Rio Grande do Norte	231.358	180.683	103.388	45.216	447	250
Espírito Santo	47.675	48.048	22.677	16.129	476	336
Maranhão	48.754	39.167	18.140	7.727	372	197
Mato Grosso do Sul	14.660	14.484	8.013	6.809	547	470
Mato Grosso	3.116	14.373	942	5.815	302	405
Rio de Janeiro	9.162	6.804	4.783	3.650	522	536
Goiás	4.900	4.900	2.200	1.960	449	400
Distrito Federal	1.076	1.385	585	796	544	575
BRASIL	2.830.423	2.853.413	1.408.354	1.453.866	498	510

FONTE – IBGE.

QUADRO 16 – FEIJÃO – PRODUÇÃO DA SAFRA DA SECA – 1983/84 E 1984/85[1]

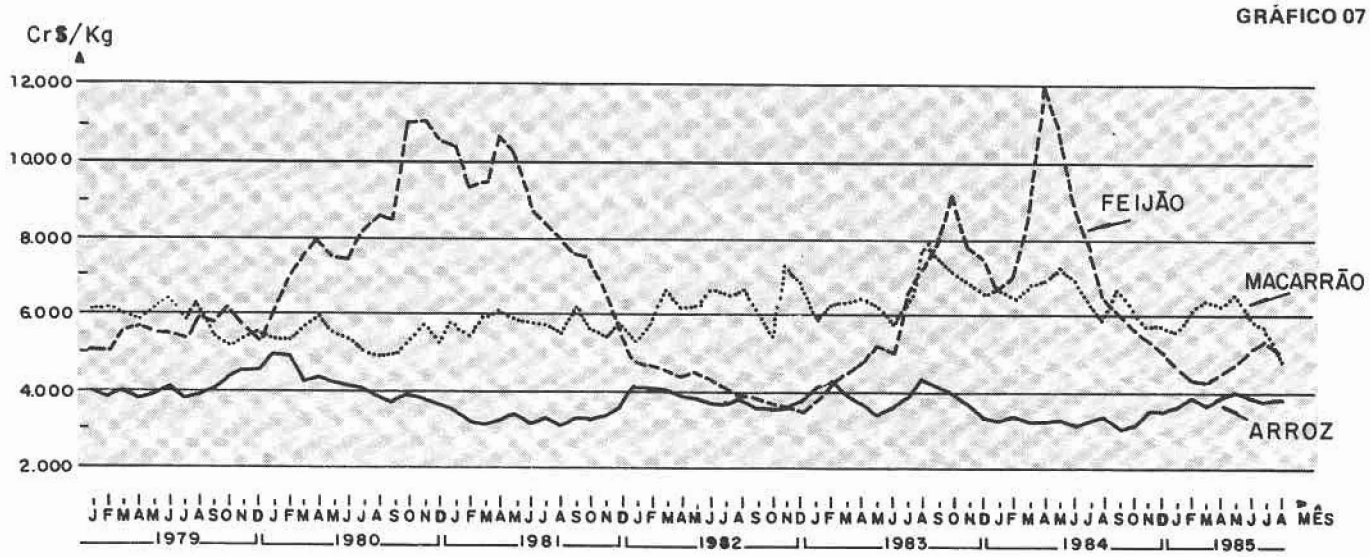
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85
Minas Gerais	374.248	378.727	182.102	163.822	487	433
São Paulo	260.161	256.900	160.031	223.600	615	870
Pernambuco	330.344	267.101	147.002	78.261	445	293
Paraíba	307.244	298.452	133.619	94.019	435	315
Santa Catarina	150.680	150.669	105.833	82.902	702	550
Bahia	193.406	251.965	91.288	93.479	472	371
Goiás	197.620	192.870	76.510	72.570	387	376
Alagoas	121.514	134.999	56.201	71.006	463	526
Rondônia	86.356	59.628	51.658	35.850	598	601
Sergipe	69.775	49.004	30.422	11.026	436	225
Mato Grosso	73.655	87.326	29.654	35.823	403	410
Espírito Santo	63.531	58.013	28.837	27.446	454	473
Rio Grande do Sul	46.773	48.198	28.048	23.457	600	487
Paraíba	70.674	64.264	17.221	24.617	244	383
Maranhão	39.051	49.982	16.875	23.540	432	486
Pará	27.423	40.951	16.091	23.132	587	565
Mato Grosso do Sul	28.725	31.495	12.760	22.046	444	700
Rio de Janeiro	13.859	12.843	7.221	8.733	521	680
Ceará	6.000	6.000	6.000	6.000	1.000	1.000
Acre	7.648	9.529	3.118	4.492	408	471
Piauí	5.336	14.455	2.091	7.544	392	522
Rio Grande do Norte	3.021	4.499	1.487	2.354	492	523
Amazonas	787	322	549	227	698	705
Roraima	797	1.330	391	652	491	490
Distrito Federal	203	136	184	177	906	1.301
Amapá	236	497	90	306	381	616
BRASIL	2.479.067	2.470.135	1.205.283	1.137.081	486	460

FONTE – IBGE.

[1] Estimativa de setembro.

CIDADE DE SÃO PAULO – PREÇOS[1] DO ARROZ, FEIJÃO E MACARRÃO NO VAREJO – 1979–85

GRÁFICO 07



FONTE – IEA/SP e Conjuntura Econômica.

[1] corrigidos, pelo IGP-DI, para setembro de 1985.

não se move. Entre as possíveis razões para a atual situação, está a posição dos preços de produtos substitutos e complementares. O Gráfico 07 mostra que, desde 1979, o feijão, que já vinha com preços elevados, passou por dois períodos de grande alta, como resultado das quebras das safras 1979/80 e 1982/83 (quando o Nordeste colheu apenas 228 mil t). Este ano, os preços relativos estão próximos do que eram há seis anos, mas o feijão, por longo tempo, superou amplamente os preços do macarrão (que, segundo os supermercados, tem apresentado forte aumento de vendas) e do arroz. Possivelmente, também contribuiu para o excesso de oferta, agora identificado, a majoração dos preços das carnes.

Este estrangulamento no varejo tem contribuído para que as cooperativas, detentoras do feijão em EGF, vejam-se obrigadas a vendê-lo ao governo federal, em razão dos pesados custos de estocagem.

Para os produtores, apesar da comercialização difícil e do preço-base corrigido abaixo da inflação, a lavoura apresenta ainda alguma atratividade. A maior área plantada foi a verificada em 1982 (5,9 milhões de ha, no total das duas safras anuais), em razão do apoio governamental à expansão do cultivo, freqüente nos últimos anos.

Na safra 1985/86, os mini e pequenos produtores farão jus ao adiantamento integral do VBC e os médios e grandes a 90%, situação diversa da das demais culturas (o milho e o arroz de sequeiro terão o mesmo percentual para os médios, mas só 80% para os grandes).

Haverá, outrossim, a possibilidade de ganhos elevados nas lavouras bem conduzidas, que resistirão melhor às variações climáticas e doenças. Também conta, entre os fatores de manutenção da atividade, a inércia da pequena produção, que comercializa apenas excedentes eventuais.

O Quadro 17 apresenta a evolução real dos preços médios recebidos pelos agricultores nos principais estados produtores da safra das águas. Apenas em Santa Catarina, as cotações deste ano superaram as de 1984, mas deve-se observar que, nos demais estados, os preços estiveram elevados, no ano passado, em razão da quebra da safra baiana, no primeiro semestre e da especulação quanto às perdas do Paraná, no segundo.

Atualmente, o clima volta a influenciar o mercado. A partir do início de outubro, pareceu haver maior movimentação nos leilões da CFP, devido ao atraso do plantio da próxima safra das águas.



QUADRO 17 – FEIJÃO – PREÇOS[1] MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM ESTADOS SELECIONADOS – 1983-85
(Cr$/kg)

ESTADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Paraná												
1983	1.980	2.045	1.953	2.170	2.501	2.564	2.966	3.210	3.480	3.788	3.796	3.617
1984	3.375	3.132	3.346	4.460	5.200	4.718	4.308	3.997	3.776	3.658	3.331	2.915
1985	2.659	2.440	2.217	2.123	2.133	2.383	2.415	2.406				
Santa Catarina												
1983	2.072	2.171	2.184	2.090	2.201	2.065	2.067	2.044	2.071	1.894	1.848	2.072
1984	2.250	2.300	2.128	2.370	2.472	2.499	2.333	2.112	2.221	2.252	2.262	2.605
1985	2.462	2.501	2.253	2.259	2.677	2.611	2.578	2.380				
São Paulo												
1983	2.755	2.630	3.288	4.064	3.714	4.174	4.360	4.557	6.549	6.293	5.290	4.402
1984	3.885	4.579	6.535	9.833	6.733	5.667	5.010	4.389	4.420	3.605	3.149	2.882
1985	2.545	2.682	2.372	2.466	3.108	3.157	3.609	3.368				
Bahia												
1983	2.342	2.557	2.774	2.823	2.678	3.279	3.964	4.601	5.250	6.048	5.971	5.684
1984	5.681	5.112	5.935	7.616	9.255	6.117	4.982	4.349	3.622	3.703	3.171	3.118
1985	2.812	2.482	2.297	2.208	2.481	2.398	2.518	2.466				

FONTE – FGV/IBRE/CEA e Conjuntura Econômica.
[1] Corrigidos, pelo IGP-DI, para setembro de 1985.

No Paraná, por exemplo, a estimativa do **Departamento de Economia Rural** da **Secretaria da Agricultura** é de uma perda considerável da área plantada, devido à falta de chuvas. No ano passado, o **Deral** avaliou a área cultivada, no início da semeadura, em 692 mil ha, mas os mesmos problemas climáticos agora verificados reduziram-na a 650 mil ha. Este ano, o cálculo daquele órgão é de uma área de 680 mil ha, mas, como foi feita antes da estiagem, já se sabe que o resultado final será bem menor.

A seca afetou principalmente o norte, que concentra a produção dos feijões de cores. O prazo final recomendado para o plantio nessa região era o final de setembro e estimavam-se 200 mil ha a serem cultivados, mas só foram cobertos 70%. Os 30% restantes, por recomendação da assistência técnica, foram destinados ao plantio do milho, cujo calendário é mais elástico. Também se constatou um ainda menor uso de sementes certificadas em algumas regiões, limitado pelo seu preço elevado e pela expectativa de um mercado pouco remunerador, na próxima comercialização.

As regiões Oeste e Sudeste do estado deverão plantar cerca de 190 mil ha e o Centro-Sul e o Sul, zonas de produção do feijão preto, 290 mil ha. Até o final da primeira quinzena de outubro, 80% das terras já estavam semeadas.

Isto fará com que a produção de feijão preto aumente, pois houve boa procura de sementes desta variedade e porque a área do plantio dos feijões de cores foi prejudicada pelo clima. Outro fator de expansão do feijão preto é a atração exercida pela variedade **Rio Negro**, lançada pelo **Instituto Agronômico do Paraná**, de que, embora existindo desde 1983, só este ano houve oferta suficiente de sementes. Apelidada de **super feijão**, é imune à antracnose, doença fúngica que ataca outros cultivares de alta produtividade, como o **Tibagi**. A ampla disseminação do **Rio Negro** (foi recomendada para todo o Paraná, excetuando-se o Norte) poderá promover algumas alterações no perfil tradicional da atividade, pois, em ensaios, chegou a render 3 mil kg/ha. No campo, espera-se que produza bem mais do que o rendimento médio **normal** do estado, em torno de 700 kg/ha.

Em São Paulo, a estiagem causa preocupação e dura há alguns meses.

Em Santa Catarina, segundo maior produtor da safra das águas, a estiagem afetou apenas áreas isoladas, mas em meados de outubro, parecia que as chuvas iriam regularizar-se em todo o estado. No ano passado, foram plantados 255 mil ha e, este ano, segundo a **Cepa**, deverão ser 265 mil ha. Os prognósticos iniciais de cessão de grande parte da área ao milho não se estão confirmando. Na primeira quinzena de outubro, estavam plantados 40% da área, o que pode ser considerado normal. A produção catarinense divide-se equilibradamente entre os



feijões de cores e o feijão preto(1).

Em São Paulo, à semelhança do Paraná, a estiagem causa preocupação e dura há alguns meses. A **safrinha** de inverno a ela resistiu, pela preponderância das lavouras irrigadas. Na próxima safra, também os cultivos não irrigados talvez resistam melhor, pois deverá ser mais difundido o uso do cultivar **Carioca 80**, de maior rendimento físico e recomendado pelos agrônomos da **Secretaria da Agricultura** paulista. Embora não seja tão produtivo quanto o **Rio Negro** paranaense, supera o rendimento médio do feijão **carioca** comum, o mais adotado em São Paulo e resiste à antracnose e à ferrugem.

Cabe observar que, em São Paulo, segundo dados do **Instituto de Economia Agrícola**, a rentabilidade das lavouras de feijão foi menor, este ano, do que em 1984, mas a lucratividade média foi mais disseminada, por não terem ocorrido quebras de porte, em nenhuma das três safras do estado.

Já na Bahia, a primeira safra, colhida em abril, apresentou bom desempenho, comparativamente à do ano anterior, que produziu irrisórias 16 mil t, com o rendimento baixíssimo de 63 kg/ha. A segunda safra, colhida em agosto, porém, voltou a fracassar: 93,5 mil t produzidas numa área de 252 mil ha. Houve excesso de chuvas até a colheita e o rendimento médio quebrou em 40%.

O pico do plantio da safra baiana de 1985/86 ocorrerá em novembro/dezembro e a **Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola** acredita que o comportamento favorável do clima, até o momento, e a impressão de uma boa receptividade do preço-base junto aos produtores, poderão levar a um aumento da área plantada entre 5% e 10%. Para tanto, porém, é necessário que melhorem a disponibilidade de crédito e a quantidade de sementes.

Ao que tudo indica, a área plantada total da safra das águas tende a repetir a do ano passado, com possibilidade de ligeiro acréscimo, caso a estiagem não provoque maiores problemas.

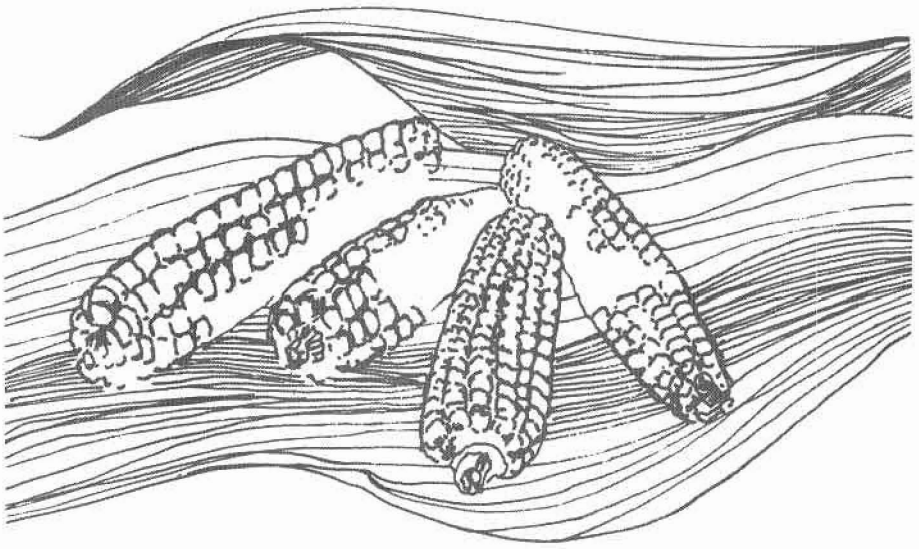
Em vista da contração da demanda, anteriormente referida, a **CFP** vem considerando a hipótese de uma re-estimativa do consumo. Para 1985, calculou-o em 2,753 milhões de t e, para 1986, considerou um aumento próximo ao crescimento vegetativo da população, de 2% ao ano, que o alçaria a 2,808 milhões de t. No entanto, como a oferta conjunta das safras das águas e da seca deste ano, de 2,6 milhões de t, parece ter abastecido plenamente o mercado (o estoque inicial foi estimado em 120 mil t, o que resulta num suprimento total de 2,7 milhões de t) vê-se que a demanda foi, de fato, superestimada.

Não se pode prever como transcorrerá a comercialização da safra 1985/86, pois é notória a instabilidade da lavoura de feijão. Caso a safra tenha um bom desenvolvimento vegetativo, o mercado deverá ser pressionado e a **Política de Garantia de Preços Mínimos** será novamente acionada. A participação do produto nos programas oficiais de alimentação subsidiada, como o **PAP**, a que se chegou a atribuir alguma relevância, não terá o peso necessário para influenciar o mercado.

(1) De acordo com a **CFP**, *o feijão preto chegou a representar 30% da produção total do país, em 1982 e, em 1985, não ultrapassará os 21%.*

MILHO

Com o elevado reajuste dos **VBC's**, *espera-se uma ampliação da área de cultivo. Há que considerar, porém, que os produtores enfrentaram dificuldades na comercialização da safra 1984/85, além de terem pouco acesso ao sistema financeiro. Somam-se a isto os problemas de uma armazenagem insuficiente e a contenção do consumo.*



Enquanto a safra 1984/85 se encontra em processo de colheita na porção setentrional do país, a região Centro-Sul, responsável por mais de 90% do total produzido, já tem sua produção praticamente consolidada, devendo alcançar 20 milhões de t, ou seja, 4% acima da safra 1983/84, segundo o **IBGE**. O rendimento físico, da ordem de 2.236 kg/ha, representou um crescimento de 8% em relação à safra passada.

O desempenho satisfatório surpreendeu os especialistas, que esperavam uma quebra mais acentuada da safra, em virtude da estiagem que, em fins de 1984 e início de 1985, atingiu algumas áreas produtoras do Centro-Sul. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o levantamento mais recente do **IBGE** indica uma produção de 3,6 milhões de t, 20% acima da previsão do início do ano, após a ocorrência da seca no estado.

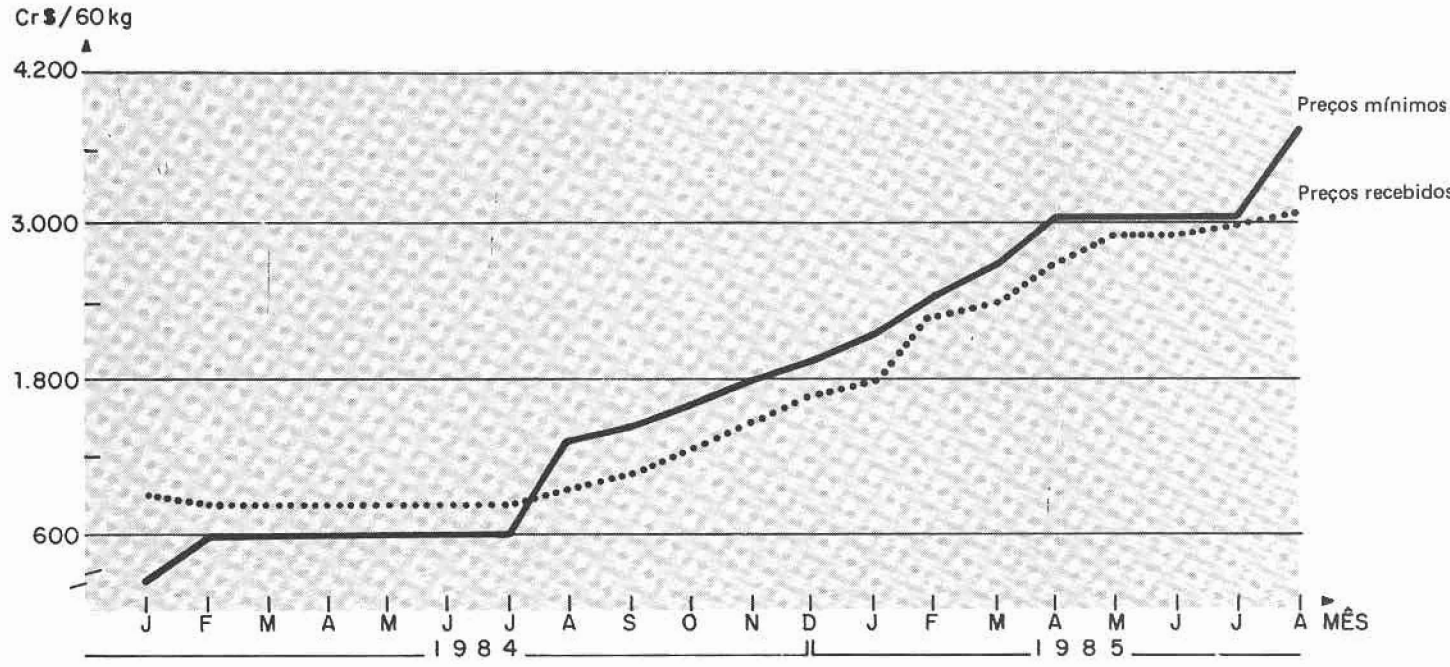
O mercado do milho foi fortemente influenciado, ao longo do primeiro semestre, por acontecimentos no complexo-carne. A desvalorização acentuada da carne bovina entre os meses de outubro de 1984 e junho de 1985 afetou a avicultura, que, devido à perda de rentabilidade, foi obrigada a desacelerar o processo de aumento da produção mensal de pintos de corte, em comparação com um ano antes, decisão tomada, de acordo com a **Apinco**, a partir do primeiro bimestre deste ano. Em conseqüência, caiu o consumo das rações, repercutindo no consumo de milho, que participa com 60% da composição das rações para ave de corte. Embora não tenham sido divulgados dados relativos à produção de rações no primeiro semestre de 1985, o **Sindirações** estima que tenha sido 6% inferior ao de igual período de 1984.

Nesse contexto, o preço do produto recém-colhido tornou-se próximo ao mínimo de Cr$ 30.360/60 kg, que representa cobertura dos custos variáveis de produção. Na safra 1984/85, a oferta vem superando a demanda, mas é necessário esclarecer que o reajuste do preço-base em 1984 acarretou a fixação de um preço mínimo acima das cotações de mercado. Em agosto de 1984, quando a comercialização de milho no Paraná se dava à média de Cr$ 9.420/60 kg, o governo fixou o preço-base para 1984/85 em Cr$ 13.000 (251% acima do preço-base de 1983/84). Em conseqüência, o preço se alterou de modo artificial, na abertura de um ano agrícola em que se antevia uma contração da demanda. Assim, confirmando as expectativas, no início da colheita as condições de mercado não eram favoráveis ao produtor, sendo comuns negócios a preço inferior ao mínimo pelo produto novo, como ocorreu no Paraná, onde o preço médio recebido não ultrapassou Cr$ 27.744/60 kg (ver Gráfico 08), no período de março a julho de 1985.

O governo iniciou, então, as compras do produto, através das operações de **AGF**, tendo em vista o comportamento tradicional das indústrias, que, em condições de mercado ofertante, optam por repassar ao governo

MILHO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES PARANAENSES E PREÇOS MÍNIMOS PARA AS SAFRAS 1983/84 A 1985/86 – JANEIRO/1984 A AGOSTO/1985
(Cr$/60 kg)

GRÁFICO 08



FONTE – CFP e FGV/IBRE/CEA.

o ônus da manutenção dos estoques.

Em meados de agosto, a **CFP** dispunha de 2,5 milhões de t de milho em **AGF**, quantidade que seria maior se, em fins de julho, o **Ministério da Agricultura** não tivesse determinado a quitação dos débitos de **EGF** pelo preço médio de venda dos estoques governamentais, bancando o **Tesouro** a diferença relativa ao preço mínimo.

O balanço da atual safra agrícola revela oferta total da ordem de 24,4 milhões de t, 16% superior ao consumo de 21,1 milhões de t, estimado pela **CFP** (ver Quadro 18). O superávit poderá ultrapassar a estimativa de 3,3 milhões de t, se o consumo ficar abaixo do previsto, o que não será surpresa, já que a projeção embute aumento de 7% sobre o consumo e não há, até o momento, indício de que recuperação desta magnitude esteja ocorrendo. As rações absorveram 7,5 milhões de t em 1984*(1)* e, em 1985, seu desempenho será apenas 3% superior*(2)*.

Baseado neste balanço, o governo lançou os referenciais de crédito e de preço para o plantio em 1985/86. O milho foi incluído no rol de produtos de abastecimento interno a serem beneficiados com crédito de custeio, com reajuste médio nos **VBC's** da or-

(1) Dado do **Sindirações**, *que representa a quase totalidade da ração produzida pelas indústrias e pelos produtores independentes.*

(2) Esta previsão deve-se ao crescimento de 9% observado na avicultura de corte no período janeiro/outubro, comparativamente a um ano antes.

QUADRO 18 – MILHO – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – 1983/84 E 1984/85
(em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	1983/84	1984/85
Estoque inicial	823,5	2.121,0
Produção	21.177,5	22.056,6
Importação	–	200,0
Oferta total	22.001,0	24.377,6
Consumo interno	19.700,0	21.100,0
Exportações	180,0	–
Demanda total	19.880,0	21.100,0
Estoque final	2.121,0	3.277,6

FONTE – CFP e IBGE.

dem de 265% e ampliação da parcela de crédito a ser obtida pelos produtores. Com essa oferta mais generosa de crédito, o governo espera que a área plantada aumente em 1985/86. Subsiste, no entanto, grande dificuldade para que se alcance este objetivo, pois o pequeno produtor, responsável pela maior parte da produção, reage mais ao estímulo de preço do que de crédito, devido à estrutura de comercialização e à dificuldade de acesso ao sistema financeiro do país.

O novo preço-base de Cr$ 37.200/60 kg ficou muito abaixo da expectativa dos produtores, que era de pelo menos Cr$ 41.300, preço proposto pelo **Ministério da Agricultura.** O reajuste de apenas 186,2% foi justificado pelo governo pela necessidade de sua compatibilização ao quadro real de oferta e demanda do cereal, buscando evitar que o governo se tornasse novamente o grande comprador da safra. No entanto, o preço-base tem acarretado um clima de desânimo entre os produtores, uma vez que representou uma defasagem de 4,7% em relação ao custo operacional médio calculado pela **CFP.**

Destarte, a pretensão governamental de aumentar de modo significativo a produção de milho poderá não se concretizar plenamente, uma vez que, de imediato, teria que conquistar áreas ocupadas por outras lavouras. No caso do algodão, essa possibilidade não é tão grande quanto se poderia pensar, pois foi favorecido com preço-base relativamente elevado para um produto considerado não prioritário, no momento. Ademais, para a safra 1985/86, mantiveram-se estáveis as condições para a obtenção de crédito subsidiado pelos pequenos cotonicultores, que continuarão a fazer jus a 60% do **VBC.**

Fato idêntico deverá ocorrer com a soja, que, mesmo não tendo sido bem aquinhoada pelos **VBC's,** não deverá ceder terras ao milho nas regiões de cultivo tradicional, tanto no Sul quanto em São Paulo. Como se não bastasse o fato de o reajuste do



preço-base do milho ter ficado 9 pontos percentuais abaixo do da soja(3), as vantagens comparativas da leguminosa são mais evidentes não só pelo seu elevado grau de tecnificação (que permite o acesso ao crédito do pequeno e médio produtores), mas, também, pela estrutura de comercialização mais organizada, garantindo ao produtor colocação segura da produção. Em paralelo, a favor da soja pode ser citada a rentabilidade da cultura do trigo, que, este ano, promete ser excepcional, compensando, pelo menos em parte, a escassez de recursos de custeio disponíveis à leguminosa. A propósito, vale notar que poderão ocorrer casos em que, no mesmo estabelecimento, recursos subsidiados tomados para o milho sejam aplicados na lavoura de soja, cujos custos de produção são mais elevados.

Em São Paulo, no ano passado, a área registrada ocupada com milho diminuiu 3% em relação a 1983/84, podendo-se imaginar que este recuo se tenha dado basicamente em favor do algodão, que ali se expandiu 57%. Espera-se, no ano em curso, que a semeadura do cereal venha a se estender por superfície superior à do ano passado, avanço que, na hipótese mais otimista, alcançaria 10%. Estes pouco mais de 100 mil ha seriam cedidos, principalmente, pelo algodão, cujas dificuldades de mercado poderão induzir os pequenos produtores a retornarem ao plantio do cereal.

Também no Paraná é de se esperar que o algodão seja parcialmente abandonado em favor do milho, havendo a expectativa de que esta tendência situe-se próxima a 20%, neste caso dedicando-se 100 mil ha para o plantio do milho (mesmo assim, a superfície plantada com o algodão ainda seria quase 40% maior do que em 1983/84). Já no caso da soja, estima-se que sua retração não exceda a 5%, significando, portanto, que o incremento do plantio do milho em solo paranaense venha a ser de aproximadamente 10%, ou pouco mais de 200 mil ha.

Santa Catarina deverá apresentar aumento de cerca de 5% na área plantada em 1985/86. Por sua expressão econômica, a atividade criatória implica a necessidade de produção de componentes de rações, daí a importância do milho no estado, que foi o único a não contrair a área cultivada em 1984/85. Estado tipicamente de minifúndios, Santa Catarina tem topografia acidentada na porção ocidental, o que representa dificuldade adicional em realizar plantios de maior envergadura, direcionados ao mercado.

(3) O preço-base da soja em 1983/84 era 17% superior ao do milho, em 1984/85 esta diferença pulou para 54%, e alcançou 59% no ano-safra 1985/86.

O Rio Grande do Sul repete a tendência do Paraná, no que diz respeito ao direcionamento dos lucros auferidos com a colheita do trigo. À semelhança do paranaense, o agricultor gaúcho resiste a investir em milho, tendo em vista a sua maior confiança no mercado da soja e o fato de a suinocultura gaúcha vir-se esvaziando gradualmente nos últimos anos. Desse modo, o aumento da área plantada deverá ser pequeno, provavelmente não ultrapassando 5%.

Em Minas Gerais, as variáveis a serem consideradas diferem das de outros estados. O algodão, cuja área, em 1984/85, foi 43% maior do que a precedente, não cederá área para o milho em sua região mais expressiva, localizada no Polígono das Secas. Já no Triângulo Mineiro, isso ocorrerá, devido a seu estágio incipiente, mas esta substituição pouco significará em termos de área total. A lavoura de soja, que se vem expandindo no estado nos últimos anos (a última safra registrou um aumento de 35% sobre a safra de 1983/84), terá algumas áreas substituídas por milho, devido ao fato de o sojicultor mineiro não ser tão especializado quanto o sulista, e ter optado, muitas vezes, pela soja por motivos conjunturais. Como reforço à decisão de expandir a área do milho, citem-se a tradição que este cereal possui no estado e a importância do rebanho suíno mineiro. Destarte, a área do milho em Minas Gerais (terceiro maior produtor do país) poderá registrar uma expansão de 10%, ou 150 mil ha.

Na região Centro-Oeste, onde predominam áreas recém-incorporadas à agricultura, o crédito agrícola assume papel de maior importância, favorecendo as lavouras de milho, geralmente de grande porte. As primeiras previsões indicam, portanto, que o crescimento da área plantada poderá ser de 15% em 1985/86, passando para cerca de 1,3 milhão de ha. Essa expansão deverá verificar-se também em áreas sojícolas por excelência, tendo em vista o alto rendimento nelas obtido com o milho e seu menor custo de produção.

Resumindo, a região Centro-Sul deverá aumentar em, aproximadamente, 800 mil ha (ou 9%) a área semeada com milho em 1985/86. Isto poderá significar um crescimento de 1,8 milhão de t no próximo ano, na hipótese de o rendimento físico manter-se inalterado. Supondo-se que a região Nordeste produza 1,9 milhão de t (total esperado para 1984/85), perfar-se-á um total de 23,9 milhões de t.



Esta perspectiva de colheita traz à baila algumas questões relativas ao balanço de oferta e demanda do milho para 1986. Caso se confirme o estoque inicial de 3,3 milhões de t, a oferta deverá superar novamente a demanda. Como o preço-base estabelecido para 1985/86 expressa o desejo de não adquirir grandes quantidades do produto no próximo ano, devido às dificuldades de armazenagem e à escassez de recursos financeiros, o governo deverá ter problemas com o excesso de produção.

Dentro de uma ótica de estratégia global, o incentivo que atualmente o governo presta à lavoura tem-se mostrado incompleto tanto no que se refere à armazenagem, considerada insuficiente, como ao consumo, cuja expansão, apesar de necessária, não tem o apoio correspondente. A exceção é o **Programa de Alimentação Popular (PAP)**, mas sua meta inicial (de setembro de 1985 a setembro de 1986) de distribuição de farinha de milho à população de baixa renda demandará apenas 7,6 mil t de milho.

Paralelamente, a inclusão de carne de frangos e ovos no **Programa** vem experimentando dificuldades de ordem técnica, tais como embalagem e frigorificação nos postos de venda escolhidos para o seu estabelecimento.

Por outro lado, as altas taxas inflacionárias põem em xeque o plano governamental de aumento da renda real dos trabalhadores. Desse modo, a recomposição esperada do poder de compra dos salários não parece realizável, no médio prazo, de modo a permitir o aumento do consumo de produtos avícolas ou suinícolas, cujos preços continuam sendo os itens mais caros da cesta básica de alimentos.

Neste contexto pouco alentador, a decisão de eliminar o subsídio ao trigo vem sendo constantemente adiada, implicando a postergação do uso da farinha de milho desengordurada no fabrico de pães e massas.

Persistem, pois, fortes indicadores de que, para o ano, o mercado do milho deverá caracterizar-se por preços deprimidos, principalmente pela provável estagnação do consumo. Neste sentido, do ponto de vista do produtor, sobram dúvidas quanto à validade da proposta governamental de aumento da oferta. A opção pelas exportações, em 1986, tampouco parece factível, pois o mercado mundial encontra-se muito bem abastecido, na iminência de a oferta total alcançar o recorde de 516 milhões de t, acarretando a depressão dos preços internacionais e a conseqüente gravosidade do milho brasileiro.

Urge, portanto, que o governo formule e implemente, o mais rapidamente possível, um programa coerente de incremento do consumo, de modo a atender também à atividade produtiva.

SOJA

A boa oferta mundial de oleaginosas e a fraca demanda por farelos proteínicos deverão acarretar queda dos preços no mercado externo. No Brasil, a política oficial para a safra 1985/86 privilegia os produtos destinados ao abastecimento interno. Apesar disso, não se vislumbram retrações significativas na área cultivada.

Na safra 1984/85, o clima favoreceu a obtenção de bons rendimentos físicos nas lavouras de soja, mas se verificou uma comercialização atípica. O governo adquiriu quantidades recordes de produtos agrícolas, incluindo 2 milhões de t de soja. Pela primeira vez, os preços da soja se aproximaram do mínimo, de tal forma que, nas regiões mais distantes dos centros de processamento, foi mais compensador vender à **CFP** do que às indústrias, em função do desconto do frete.

Os problemas da safra, desta vez, parecem ter derivado da **abundância.** Houve queda dos preços, o governo federal teve que adquirir grandes quantidades de algodão, arroz, milho e soja e faltou armazenagem suficiente e adequada.

A grande disponibilidade, porém, deveria ser melhor qualificada. Segundo dados do **IBGE**, de julho de 1985, a produção de arroz decresceu em 1985 e a de milho e feijão cresceu apenas 4%. Aumentos expressivos na oferta puderam ser constatados nos casos de algodão e soja. O que parece ter ocorrido com os três primeiros produtos foi o mercado não ter conseguido sustentar o patamar de preços estabelecidos pelas autoridades, através dos preços mínimos de garantia, forçando o governo a adquirir parte da safra e gerando a impressão de que a colheita cresceu substancialmente.

No caso da soja, o aumento da produção foi, até certo ponto, uma surpresa. Isto porque, diante de cotações baixas no exterior e do crédito de custeio bastante escasso no país, os sojicultores ampliaram o plantio em 8%, com a área superando, pela primeira vez, os 10 milhões de ha. A produção, por seu turno, cresceu 17%, atingindo 18,2 milhões de t, de acordo com o **IBGE.**

É de se supor que, do ponto de vista dos produtores, a soja ainda tenha sido considerada, na época do plantio, a melhor opção. Isto, apesar de terem sido elevados os incrementos estabelecidos pelo governo, para os preços básicos das culturas de mercado interno, na safra 1984/85. A explicação desse comportamento deve residir nas diversas vantagens apresentadas pela soja, em relação aos demais produtos.

Dessa forma, os produtores, que sempre encontraram demanda segura para a oleaginosa, a preços superiores aos estabelecidos pela **Política de Garantia de Preços Mínimos,** defrontaram-se, em 1985, com um mercado que nas áreas de produção mais distantes pagava menos do que o preço mínimo oficial.

Como as perspectivas de recuperação das cotações externas pareciam remotas, na entrada da safra, fixou-se em 60% o percentual do preço mínimo a ser levantado pelos sojicultores a título de **EGF.** Houve uma corrida de vendas ao governo.

O aumento da safra, justamente nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, provocou problemas de armazenagem. Além de a safra crescer na região que dispõe de menos infra-estrutura de comercialização, as elevadas compras governamentais acabaram por manter a soja em armazéns não equipados para guardá-la por longo período. O governo tentou administrar suas compras e estoques da melhor forma possível, mas é provável que uma quantidade não desprezível do produto tenha-se estragado.

A indústria, por seu turno, possivelmente foi o segmento de melhor desempenho na comercialização. De um lado, as elevadas compras do governo reduziram seu ônus de **carregar** os estoques, pois pela primeira vez, essa tarefa coube às autoridades. De outro lado, como às indústrias interessa apenas as margens de esmagamento e não o preço absoluto de sua matéria-prima, quando estas se comprimem excessivamente, exportam o grão. Segundo dados da **Abiove,** as indústrias teriam exportado 961 mil t de soja em grão entre fevereiro e julho de 1985, contra 392 mil t, no mesmo período do ano anterior.

Além disso, apesar dos preços baixos no exterior, acentuaram-se as vendas de farelo e óleo, em 1985 (ver Quadro 19). Isto significa que as

QUADRO 19 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO – JANEIRO A JULHO – 1984-85 (mil t)

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985
Soja em grão	1.009	2.439
Farelo	4.377	4.853
Óleo	532	623

FONTE – Cacex.

margens, em muitos momentos, não foram ruins, ou, numa outra hipótese, que o temor de medidas, como o tabelamento de preços no mercado interno, apressou a exportação.

Do ângulo do produtor, a colheita da safra de 1984/85 foi apontada como tendo apresentado resultados apenas regulares ou ainda insatisfatórios, em algumas regiões. No entanto, as produtividades médias alcançadas situam-se entre as melhores das últimas cinco colheitas (ver Quadro 20). Os preços recebidos pelos produtores, baseados nas cotações do mercado internacional, foram inferiores aos da última safra, mas semelhantes, em termos reais, às médias de 1981, 1982 e 1983 (ver Gráfico 09).

Nesse sentido, a movimentação dos agricultores, reivindicando o amparo oficial, talvez necessite ser melhor compreendida. Em primeiro lugar, as referências e comparações são sempre feitas em relação à última safra, que foi colhida após a frustração da safra norte-americana de 1983, responsável por uma disparada de preços na Bolsa de Chicago, conforme se pode observar no Gráfico 09.

Se, por outro lado, o argumento prossegue, apontando os acréscimos dos custos de produção, frente à evolução dos preços, começa-se a tocar na questão mais delicada.

De fato, os produtores têm razão quando se referem, principalmente, ao crescimento desproporcional de seus custos financeiros, provocados pelos juros hoje pagos no crédito rural. Contudo, esse é um problema que afeta o conjunto de produtores brasileiros e não apenas os sojicultores.

Em compensação, se os preços no exterior não apresentam tendência de crescimento consistente a curto e médio prazos, deve-se buscar no aumento da produtividade a solução para o problema criado por preços estáveis, em termos reais, diante de custos crescentes.

O plantio e a expansão da soja para os estados centrais só poderão

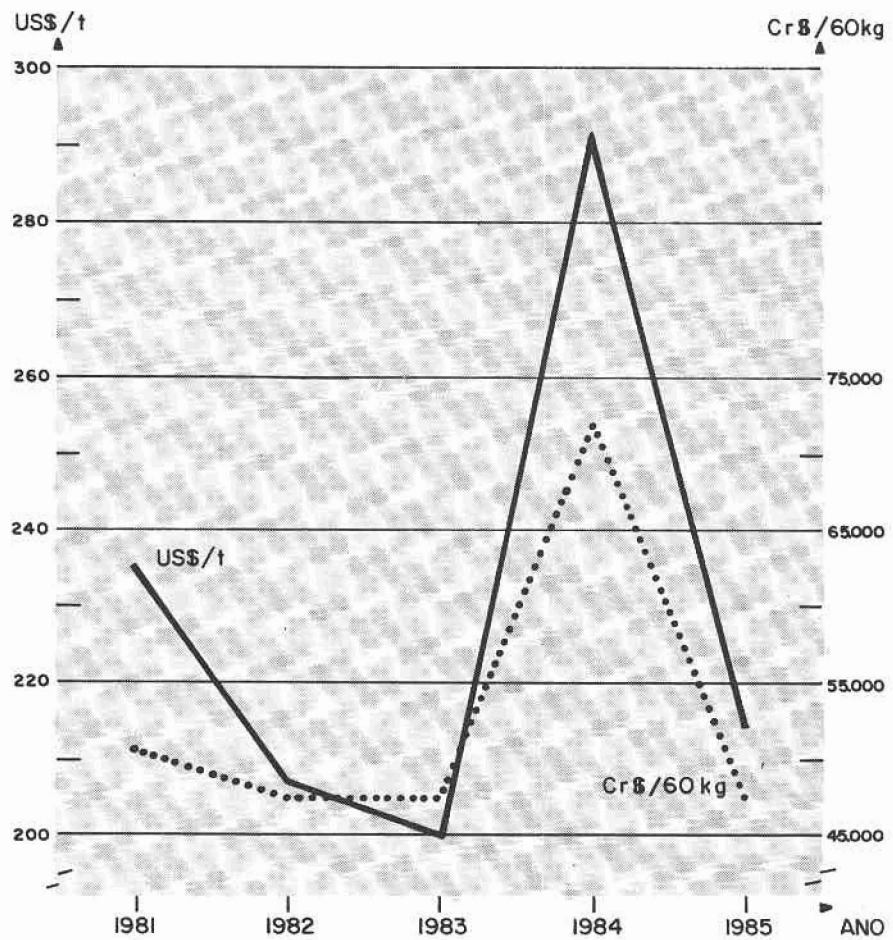
QUADRO 20 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – RENDIMENTO AGRÍCOLA MÉDIO – 1981-85
(kg/ha)

ESTADO	1981	1982	1983	1984	1985
Rio Grande do Sul	1.595	1.192	1.548	1.487	1.570
Paraná	2.198	2.000	2.134	1.892	2.009
São Paulo	1.901	1.925	2.055	1.802	1.937
Mato Grosso do Sul	1.733	1.825	1.946	1.698	1.920
Mato Grosso	1.873	1.881	2.025	1.995	2.075
Goiás	1.320	1.768	1.870	1.456	1.849
BRASIL	1.765	1.565	1.792	1.650	1.793

FONTE – IBGE.

SOJA – COTAÇÕES MÉDIAS EM DECATUR (EUA) E PREÇOS REAIS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS – 1981-85

GRÁFICO 09



FONTE – USDA e FGV/IBRE/CEA.
NOTA – Considerou-se a média dos preços no período de março a junho de cada ano.

[1] Corrigidos, pelo IGP-DI, para julho de 1985.

manter-se viáveis, se os ganhos de produtividade obtidos na região mais do que compensarem os elevados custos do frete aos centros de processamento e aos portos de exportação.

A questão da expansão da soja no Centro-Oeste, aliás, merece estudos mais aprofundados. Ali, o crescimento está ligado ao processo de abertura de novas fronteiras agrícolas e incorporação de vastas áreas, incluindo o cerrado, à produção comercial, dita **moderna**. Este processo, que vem ocorrendo de maneira acelerada, há mais de uma década, representa uma mudança profunda nas formas de ocupação de vastas áreas do território do país.

A expansão garantiu uma prosperidade não observada nos últimos cinco anos em outras regiões brasileiras, mas chamou a atenção sobre o problema do crescimento das lavouras mais rentáveis (de exportação ou não) em áreas de lavouras tradicionais, ou em áreas novas — como é o caso da ocupação do cerrado com soja.

Principalmente em Mato Grosso do Sul e Goiás, o cultivo das chamadas lavouras de abastecimento interno — no caso desses estados, a mais importante é o arroz — tem-se deslocado para regiões cada vez mais remotas e/ou menos férteis, provocando o inevitável encarecimento de seus custos de produção.

Conforme se observa nos quadros 21, 22 e 23, os ganhos de área da soja, nos últimos seis anos, nos três estados foram enormes. As perdas do arroz foram expressivas, enquanto os ganhos de área de feijão, mandioca e milho são diminutos.

A comparação dos dados da produção agrícola municipal, de 1980, com estatísticas do **IBGE**, em 1985, auxilia a observação do deslocamento de culturas. Municípios, como Diamantino, em Mato Grosso, onde se plantavam 80 mil ha de arroz em 1980, cinco anos depois semeava apenas 18 mil ha, sendo que sua área de soja, em 1985, foi estimada, pelo **IBGE** em 160 mil ha, contra 1 mil ha, em 1980.

A mesma situação pode ser constatada em Mato Grosso do Sul, onde, em Sidrolândia, plantaram-se 40 mil ha de arroz, em 1980, e 25 mil, em 1985 (segundo a **Cepa**), tendo a área municipal de soja passado, no mesmo período, de 77 mil ha para 130 mil ha.

De qualquer forma, foi nas regiões situadas a norte e nordeste de Mato Grosso do Sul que a soja mais se expandiu, ocupando as áreas do cerrado. Os municípios de São Gabriel do Oeste e Costa Rica, que nem figuravam das estatísticas de produção agrícola em 1980, transformaram-se em importantes produtores de soja, com áreas semeadas de, respectivamente, 130 mil e 46 mil ha, em 1985.

Esses dados são apenas a evidência estatística de um processo mais am-

QUADRO 21 – MATO GROSSO DO SUL – ÁREA DE DIVERSAS LAVOURAS – 1980-85
(mil ha)

ANO	ALGODÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA	MANDIOCA
1980	44	501	61	109	807	21
1981	48	412	40	132	777	21
1982	41	315	50	145	842	18
1983	43	309	39	116	925	21
1984	34	343	43	129	1.179	20
1985	67	240	44	140	1.304	27

FONTE – IBGE.

QUADRO 22 – GOIÁS – ÁREA DE DIVERSAS LAVOURAS – 1980-85
(mil ha)

ANO	ALGODÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA	MANDIOCA
1980	31	1.187	161	803	152	21
1981	38	1.120	212	857	246	21
1982	40	1.129	232	882	317	21
1983	38	985	184	789	371	23
1984	47	1.030	203	778	582	24
1985	64	859	196	734	727	24

FONTE – IBGE.

QUADRO 23 – MATO GROSSO – ÁREA DE DIVERSAS LAVOURAS – 1980-85
(mil ha)

ANO	ALGODÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA	MANDIOCA
1980	4	897	87	84	19	17
1981	4	863	74	114	70	18
1982	4	795	99	167	194	21
1983	2	702	84	208	301	21
1984	6	571	77	204	538	20
1985	16	412	101	237	794	22

FONTE – IBGE.

plo e permitem algumas reflexões. A primeira delas é que a ocupação de áreas novas, com as chamadas culturas de subsistência ou de mercado interno, ocorre apenas no momento inicial do processo. O segundo estágio é, sempre, o do cultivo de lavouras consideradas **comerciais**, que, da mesma forma que em outras regiões do país, garantem melhores retornos financeiros aos agricultores.

Das lavouras temporárias, a soja é a que melhor se encaixa nesse papel: tida como uma cultura de **exportação** (apesar do elevado consumo de óleo de soja no mercado interno), tem seus preços formados a partir da Bolsa de Chicago, diferentemente do arroz, feijão, milho ou mandioca. Ou seja, a viabilidade do aumento de produção destes gêneros depende menos do crescimento das terras efetivamente incorporadas à exportação agrícola e mais de um conjunto de políticas — desde pesquisa de sementes melhoradas até o crescimento do salário real das camadas de menor poder aquisitivo — que aumentassem, de maneira expressiva, a rentabilidade do cultivo das lavouras de abastecimento interno. Só assim, elas poderiam disputar seriamente o espaço crescente ocupado pela soja.

Apesar de a soja estar enfrentando uma conjuntura de preços internacionais muito baixos, sua área não deverá apresentar retração ponderável, no conjunto dos estados produtores brasileiros, ainda que a política agrícola traçada para a safra 1985/86 **privilegie** os produtos de mercado interno.

A lógica desse raciocínio se origina nos argumentos levantados anteriormente. A não ser em termos marginais, não é razoável supor que um acréscimo um pouco maior para o **VBC** do milho ou do arroz, por exemplo, fizesse com que essas lavouras crescessem em áreas de soja. Ou seja, o alcance dos instrumentos da política agrícola **convencional** é relativamente limitado. O que não significa que as áreas de milho ou arroz não possam crescer ligeiramente na safra 1985/86.

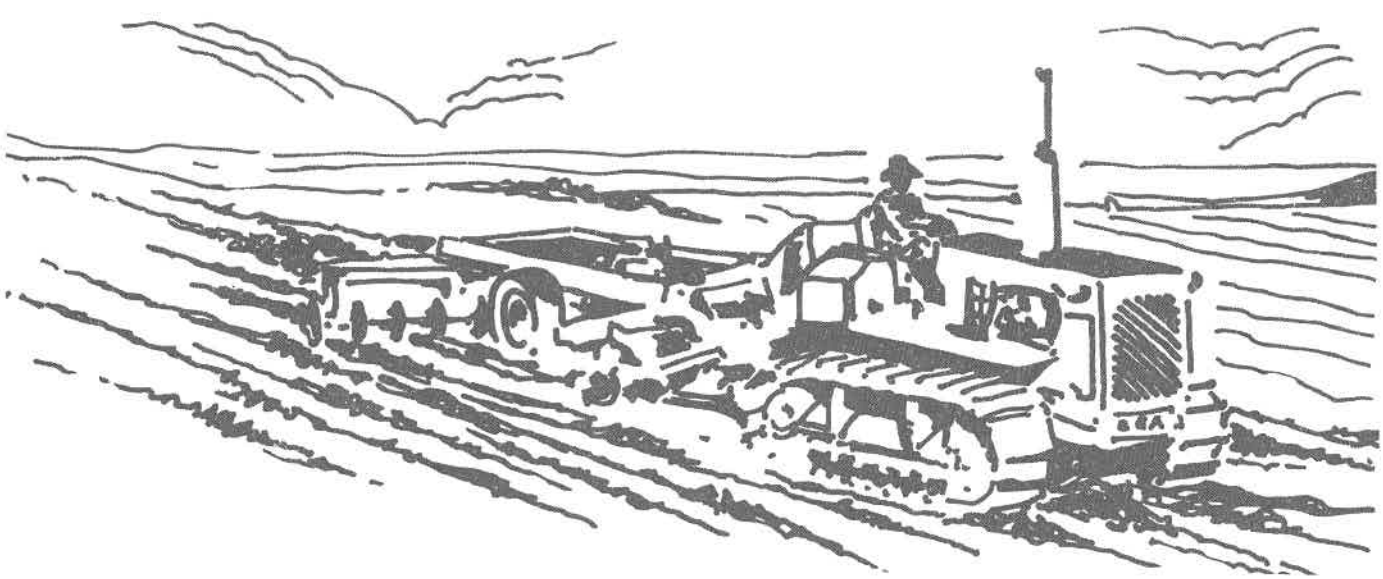
Vista de outro ângulo, a questão de permanência da soja como lavoura que ocupa espaços novos — como em 1984/85 — também é problemática. O aumento da oferta de um produto agrícola, de exportação, a milhares de quilômetros dos centros de consumo e processamento e dos portos de exportação, exige que os produtores dessas áreas distantes alcancem ganhos de produtividade que, em termos relativos, igualem aos do Sul. Caso contrário, em pouco tempo, o governo federal precisará viabilizar esses empreendimentos, concedendo subsídios.

A conjuntura de preços externos representa um fator agravante dentro desse quadro. Preços em Chicago, em torno de US$ 5/**bushel**, aproximam-se perigosamente dos custos de produção no Brasil. Isto significa que, a não ser a médio prazo, quando é possível vislumbrar-se uma melhoria das cotações externas, a viabilidade de se continuar expandindo o cultivo da soja no país está em discussão.

Concretamente, o quadro que se vislumbra no mercado internacional não é dos mais animadores. A safra dos **EUA** deverá situar-se, em 1985, em 57,4 milhões de t, e os estoques finais devem crescer substancialmente em relação ao período anterior. Em conseqüência, o **USDA** prevê um preço médio, recebido pelo produtor norte-americano, de US$ 5,60/**bushel** em 1985/86, contra US$ 5,85, um ano antes.

Segundo ainda aquele **Departamento**, a boa oferta mundial de oleaginosas e a fraca demanda por farelos protéínicos justificariam a queda dos preços.

O outro fator importante, presente no mercado de **commodities** já há algum tempo, influenciando-o de forma negativa, é a posição do dólar frente às moedas européias. Essa é provavelmente a causa mais profunda





da retração da demanda global por oleaginosas e farelos proteínicos. As exportações norte-americanas de farelo, por exemplo, serão, segundo o **USDA**, da ordem de 4,6 milhões de t, em 1985/86 (4,5 milhões de t em 1984/85), o que representa a segunda menor quantidade exportada desde a safra 1976/77.

O óleo teve preços fortalecidos a partir da safra 1983/84 e suas cotações vêm contribuindo, desde fevereiro de 1984, com aproximadamente 40% do valor combinado de farelo e óleo, a partir da moagem do grão, apesar do percentual de óleo em cada grão de soja ser de apenas 18%.

O crescimento dos preços do óleo tem entre suas causas a retração da demanda por farelo, pois a redução da moagem, para evitar o acúmulo de estoques do farelo, torna apertada a disponibilidade do óleo. Essa situação poderá permanecer ainda no ano comercial que se inicia em outubro de 1985, com o **USDA** prevendo um preço médio do óleo de US$ 29/libra-peso, praticamente no mesmo patamar das últimas duas safras.

O Quadro 24 mostra o comportamento dos preços da soja em grão, farelo e óleo no mercado norte-americano, nos últimos dez anos.

O produtor brasileiro não pode perder de vista estas perspectivas, para que não ocorram surpresas na hora da comercialização. Não é provável que os preços externos se recuperem até a entrada da nova safra brasileira, o que significa vender a soja a preços reais semelhantes aos de 1985.

Apesar do cenário desfavorável, em meados de setembro fontes do mercado não vislumbravam retrações significativas na área de soja da safra 1985/86. Falava-se, como provável, em alguma redução no Paraná e Rio Grande do Sul e aumentos no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Contribuem para esse prognóstico não só os fundamentos do mercado da soja e seus concorrentes, como a política agrícola governamental e outros, mas, também, o temor dos proprietários de terra de serem incluídos no plano de desapropriação, com a reforma agrária que se anuncia. Um fator de atenuação da tendência ao plantio de menor extensão poderá ser, porém, o bom desenvolvimento da safra de trigo, notadamente no Paraná.

Dessa forma, o Brasil poderá colher, em condições normais de clima, uma safra próxima a 17,5 milhões de t, considerando uma área total da ordem de 10 milhões de ha e uma produtividade média de 1.750 kg/ha.

A receita de exportação que poderia ser obtida situa-se em torno de US$ 2,2 bilhões, com a venda ao exterior de 3 milhões de t de grão, 8 milhões de t de farelo e 900 mil t de óleo.

Essas estimativas de exportação implicam manutenção de adequadas quantidades de farelo e óleo para consumo interno. Quanto a esse aspecto, é sempre mais aconselhável resguardar a oferta interna, pois qualquer escassez, ainda que momentânea, de produtos básicos, como é o caso do óleo de soja, tem efeitos bastante negativos sobre os índices inflacionários e sobre os orçamentos dos consumidores.

QUADRO 24 – SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NORTE-AMERICANOS E NO MERCADO DE DECATUR (EUA) 1975/76 – 1985/86 (US$/t)

ANO	GRÃO	FARELO	ÓLEO
1975/76	181	163	403
1976/77	250	220	529
1977/78	216	181	542
1978/79	245	209	604
1979/80	231	200	535
1980/81	278	240	500
1981/82	222	201	419
1982/83	208	206	454
1983/84	287	207	674
1984/85	215	134	683
1985/86[1]	206	127	639

FONTE – USDA.
[1] Estimativa.
NOTA – Ano comercial internacional, que se inicia em setembro, no caso do grão, e em outubro, nos do farelo e do óleo.

CANA·DE·AÇÚCAR

Vem-se fazendo necessária a discussão de uma nova estratégia de produção e comercialização. Reduzir a produção de açúcar e ampliar a de álcool são os pontos principais a serem abordados, uma vez que há excesso de oferta do primeiro e possibilidade de aumento da procura pelo segundo.

As atenções do mercado açucareiro têm-se voltado, no transcurso da safra 1985/86, menos para o desempenho agrícola e industrial neste período, cujo sucesso parece assegurado, do que para o processo de deliberação de uma nova estratégia de produção e comercialização nos planos interno e externo. O ponto central desta nova política é a decisão de se reduzir a produção de açúcar, ao mesmo tempo em que se amplia a de álcool. Consoante com esta intenção, o plano da atual safra fixou a produção de açúcar em 7,7 milhões de t, o que representa uma diminuição de 12% em relação ao total da safra anterior. Em contrapartida, a produção autorizada de álcool supera em 18% o resultado obtido no período 1984/85, devendo atingir 11,1 bilhões de litros.

A safra da região Norte-Nordeste inicia-se oficialmente em setembro, não havendo, ainda, condições para sua avaliação. No Centro-Sul, o corte e a moagem tiveram início em abril. No final de setembro, nos estados de São Paulo e Paraná cerca de 70% do total autorizado se completaram. Em Minas Gerais e Rio de Janeiro, a safra prossegue com maior lentidão e relativo atraso. Os Quadros 25 e 26 permitem observar o desempenho da produção até 31 de agosto.

A prolongada estiagem que atinge a lavoura canavieira de São Paulo e Paraná contribui para que o corte se processe com maior rapidez, já que, na ausência de chuvas, o trabalho sofre menor número de interrupções. Por outro lado, o impacto da seca sobre a produtividade agrícola deverá ser pouco sentido. Os maiores prejuízos deverão ficar para a próxima safra, já que a seca prejudica a brotação da cana. Mesmo assim, a queda do rendimento será significativa apenas se as chuvas continuarem escassas nos próximos meses.

No que se refere ao desempenho industrial, a estiagem favorece a obtenção de índices mais elevados, porque provoca maior concentração de açúcar nas plantas.

A região produtora de Ribeirão Preto vem sendo, em São Paulo, a mais atingida pela seca, o que deverá provocar prejuízos mais acentuados do que aqueles observados nas demais zonas de produção. Em Piracicaba, a situação é menos grave, pois ocorreram chuvas em maio. No Paraná, a estiagem se iniciou em junho,

QUADRO 25 – AÇÚCAR – PRODUÇÃO REALIZADA[1] E AUTORIZADA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO – SAFRA 1985/86
(em sacos de 50 kg)

REGIÃO E ESTADO	PRODUÇÃO REALIZADA	PRODUÇÃO AUTORIZADA
Norte-Nordeste	1.089.506	64.341.140
Maranhão	242.200	800.000
Ceará	207.197	795.000
Rio Grande do Norte	89.950	2.214.480
Paraíba	72.128	3.404.200
Pernambuco	94.991	29.532.120
Alagoas	–	23.956.980
Sergipe	–	1.545.900
Bahia	383.040	2.092.380
Centro-Sul	65.840.042	91.928.000
Minas Gerais	7.249.388	10.158.000
Espírito Santo	471.350	850.000
Rio de Janeiro	5.922.807	8.600.000
São Paulo	49.069.716	67.880.000
Paraná	2.009.174	2.900.000
Santa Catarina	340.863	500.000
Rio Grande do Sul	29.114	120.000
Mato Grosso	530.970	600.000
Goiás	216.660	320.000
BRASIL	66.929.548	156.269.140

FONTE – IAA.
[1] Até 31/08/85.

acarretando problemas semelhantes aos verificados em São Paulo, com pequenos prejuízos para a cana-soca e para a cana plantada este ano.

Em São Paulo, a produtividade agrícola deve ficar em torno de 77 t/ha, ou seja, algo equivalente à média obtida no ano passado. No Paraná, estima-se que a média seja igual a 75 t/ha, enquanto em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, os rendimentos serão bastante inferiores, da ordem de 57 t/ha e 45 t/ha, respectivamente.

No que se refere à produtividade industrial, deverá registrar-se, em São Paulo, um pequeno decréscimo, quando comparada ao excepcional resultado alcançado no ano passado, de 116 kg de açúcar/t de cana. Ainda assim, o alto teor de sacarose encontrado na cana-de-açúcar é uma característica marcante desta safra. Um dos fatores que contribuem para a elevação da produtividade em São Paulo é a substituição de antigas variedades **(NA's)**, suscetíveis ao **carvão de cana**, por novas variedades **(SP 701284** e **SP 703370)**, mais resistentes e que permitem um período mais longo de colheita. Em função da elevação do rendimento industrial, o pagamento aos fornecedores de cana-de-açúcar vem sendo acrescido de ágios elevados, que, em alguns casos, chegam a atingir 40% do preço da cana.

No aspecto econômico-financeiro, não ocorreram acontecimentos relevantes nesta safra, quando comparada à do ano anterior. Tal como em 1984, o crédito deixou de apresentar vantagens especiais. Com o fim do sistema de **warrantagem**, as linhas de financiamento de estoques, oferecidas pelos bancos comerciais, têm ficado a um custo entre 27% e 30%, em termos reais.

Não apenas as despesas financeiras tornaram-se maiores para os produtores de cana, açúcar e álcool. Os demais itens do custo de produção, destacando-se a mão-de-obra, os fertilizantes e defensivos, vêm superando o índice de inflação. No reajuste dos preços de cana, açúcar e álcool, o governo federal tem dado prioridade ao objetivo de não provocar maior pressão inflacionária, o que acaba chocando-se com os pleitos dos produtores.

A forma de pagamento da cana-de-açúcar pelos usineiros aos fornecedores, no estado de São Paulo, que na safra passada gerou um contínuo conflito entre as partes, parece agora ter sido solucionada. Em ato fixado pelo **IAA**, em 20 de junho último, ficou estabelecido que as usinas pagarão 75% do valor da t de cana fornecida e 100% do ágio sobre o teor de sacarose, até o dia 5 de cada mês. Os 25% restantes serão saldados no período entre 1º de dezembro de 1985 e 31 de janeiro de 1986. Se a medida representou um impacto negativo para a indústria, em contraposição, alivia os problemas de fluxo de caixa anteriormente reclamados pelos fornecedores. Estes, em sua maioria, vêm-se beneficiando com o sistema de pagamento da cana pela qualidade. Plenamente implantado em quase toda a região Centro-Sul, o sistema prevê um ágio a ser acrescido ao preço fixado para a matéria-prima, de acordo com o seu teor de sacarose e a sua pureza. Com isso, em São Paulo, alguns fornecedores chegam a receber um acréscimo de até 40% do preço.

Ao lado da completa implementação do sistema de pagamento da cana-de-açúcar pela qualidade, o **IAA** prossegue em sua política de gradual retirada do subsídio de equalização

QUADRO 26 – ÁLCOOL – PRODUÇÃO REALIZADA[1] E AUTORIZADA, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO – SAFRA 1985/86
(em m^3)

REGIÃO E ESTADO	PRODUÇÃO REALIZADA	PRODUÇÃO AUTORIZADA
Norte-Nordeste	14.482	–
Rondônia	–	5.000
Amazonas	–	6.600
Pará	257	6.600
Maranhão	2.960	22.100
Piauí	160	13.200
Ceará	3.062	19.100
Rio Grande do Norte	1.356	–
Paraíba	1.743	–
Pernambuco	1.015	–
Alagoas	–	–
Sergipe	–	–
Bahia	3.929	14.250
Centro-Sul	5.705.425	9.044.123
Minas Gerais	261.358	460.000
Espírito Santo	80.801	185.000
Rio de Janeiro	164.683	335.000
São Paulo	4.407.643	6.722.623
Paraná	362.184	660.000
Santa Catarina	2.486	7.500
Rio Grande do Sul	535	2.200
Mato Grosso	45.143	78.400
Mato Grosso do Sul	154.056	224.000
Goiás	226.536	369.400
BRASIL	5.719.907	9.130.973

FONTE – IAA.
[1] Até 31/08/85.

de custos do açúcar nos estados do Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nos casos de Minas Gerais e Espírito Santo, os subsídios foram inteiramente extintos. O subsídio concedido ao Nordeste foi reduzido de 33% para 28% do preço do açúcar, enquanto o benefício repassado ao Norte Fluminense sofreu um decréscimo de 16% para 14%.

Portanto, no momento em que o **IAA** buscava romper com uma política que anteriormente favorecia os produtores menos eficientes, veio à tona o debate acerca da possível extinção do **IAA**. Passados os primeiros momentos de maior acirramento da discussão, parece firmar-se, mesmo no âmbito do **Ministério da Indústria e do Comércio**, a visão de que o **IAA** deve ser preservado. No entanto, este órgão passaria por um processo de racionalização de suas atividades, bem como teria sua capacidade de intervenção reduzida, limitando-se, possivelmente, ao controle da produção e à fixação dos preços.

O mercado externo

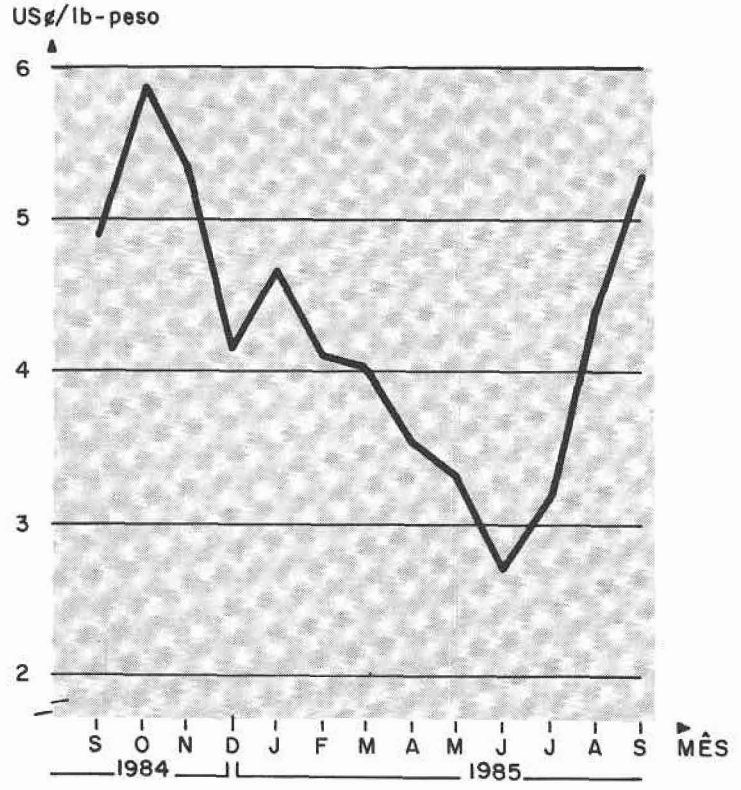
No que diz respeito à comercialização do açúcar, existe a proposta de privatização das exportações, a qual deve ser considerada com cautela, em face das características do mercado internacional, que alterna longos períodos de excesso de oferta e baixos preços com curtos períodos em que a demanda supera a oferta. Nestas ocasiões, os preços são alçados a níveis mais elevados. A instabilidade do mercado justifica, portanto, a presença do Estado na gerência das vendas para o exterior. A intervenção garantiu, até aqui, a preservação de mercados conquistados à custa de grande esforço. Isto foi possível mediante uma remuneração adequada aos produtores, fixada pelo **IAA**, mesmo nos momentos em que as cotações internacionais estiveram mais deprimidas.

Deve-se concluir que a privatização das exportações somente pode ser estabelecida mediante a criação de mecanismos apropriados, capazes de atenuar os efeitos das crises mais prolongadas que se abatem sobre o mercado. Nesta perspectiva, o fim da ingerência estatal poderia ser benéfico, visto que aliviaria o Tesouro e, em última instância, o contribuinte, do peso da sustentação de exportações substancialmente gravosas.

O mercado internacional do açúcar apresentou, nos últimos três meses, uma tendência de ligeira recuperação dos preços, conforme pode ser observado no Gráfico 10. Isto, após um ano de cotações abaixo de US¢ 5/libra-peso, na **Bolsa de Nova Iorque**, sendo que, em junho último, caíram ao nível mais baixo dos últimos quarenta anos, em termos reais, com um preço médio de US¢ 2,74/libra-peso.

A causa fundamental da conjuntura extremamente desfavorável do mercado é sobejamente conhecida: o acúmulo de enormes estoques, provocado por uma situação de superávit da oferta, que já se prolonga por quatro safras consecutivas. Para esta situação, colaboram de forma decisiva a **Comunidade Econômica Européia**, com sua política de fortes subsídios para a produção interna de açúcar de beterraba e os **Estados Unidos da America**. Ambos, buscando resguardar os interesses de seus produtores, praticam uma política protecionista no que se refere a suas importações de açúcar, e estimulam, de forma crescente, o consumo de sucedâneos, em grande parte provenientes do milho. Para agravar ainda mais este qua-

AÇÚCAR – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES NA BOLSA DE NOVA IORQUE – SETEMBRO/1984 A AGOSTO/1985
(US¢ /libra-peso) **GRÁFICO 10**



FONTE – Bolsa de Nova Iorque.

dro, os grandes exportadores não conseguiram chegar a um consenso sobre um acordo que disciplinasse efetivamente o comércio mundial.

Neste sentido, mostra-se prematura qualquer dedução mais otimista quanto à pequena recuperação dos preços, observada a partir de julho. É bem verdade que algumas previsões sobre a safra 1985/86 admitem um déficit de produção. É o caso da corretora londrina **E. D. & F. Man** que prevê uma produção de 96,5 milhões de t, o que representa um decréscimo de quase 3,7 milhões de t em relação ao ano anterior e um déficit de aproximadamente 700 mil t sobre o consumo previsto. Ainda assim, persiste a dúvida quanto à capacidade de este déficit de oferta reverter, em curto espaço de tempo, a atual situação do mercado. Nos últimos anos, acumularam-se elevados estoques, estabelecendo uma relação profundamente desequilibrada com o consumo mundial, como demonstra a série estatística de **F. O. Licht**, no Quadro 27.

No Quadro referido, verifica-se, ainda, uma tendência decrescente do comércio mundial, hoje situado em torno de 28 milhões de t. Não restam dúvidas de que o esforço em busca da auto-suficiência, realizado por antigos países importadores, contribui significativamente para o superávit de oferta e a queda dos preços.

Desta maneira, a atual superação da oferta pela demanda não garante uma reversão dos fatores baixistas do mercado. Quando muito, expressa a moderada retirada de alguns países grandes exportadores, que buscam novas alternativas de aproveitamento da matéria-prima utilizada para a produção de açúcar ou mesmo a sua simples substituição por culturas mais rentáveis. São os casos da **Argentina, Filipinas** e **Austrália** e, mais acentuadamente, do **Brasil**. Por outro lado, as condições climáticas adversas na **Europa** e **no Caribe** também contribuem para uma expectativa de decréscimo na produção. Registre-se que as compras de **Cuba**, realizadas no final de julho, com a finalidade de poder cumprir os compromissos de exportação de açúcar para a **China**, tiveram papel destacado na pequena recuperação dos preços, então verificada.

Por certo, porém, as maiores atenções voltam-se para a política brasileira de exportações. No princípio do ano, o país viu-se em difícil posição no mercado, visto que o antigo governo deixara contratada, a preços vigentes na época do embarque, a venda de 3,1 milhões de t para o ano de 1985 e 2,3 milhões de t, para o ano seguinte.

O novo governo procurou rever os contratos firmados, buscando obter condições menos desvantajosas de venda. Apesar das dificuldades normalmente encontradas para negociações desta natureza, a nova direção do **IAA** conseguiu acertar alterações nos seus contratos, substituindo o fornecimento de açúcar por álcool ou mel rico, o que reduziu em 500 mil t o total de açúcar anteriormente negociado. Igualmente satisfatório foi o resultado de outra negociação, que permitiu o adiamento da entrega de 600 mil t para 1986. No total, o país exportará, em 1985, apenas 2 milhões de t. Outro aspecto positivo resultante destas negociações, é que parte do açúcar a ser exportado, inicialmente do tipo **demerara**, passou para o tipo **refinado**, que possui preço mais elevado.

Mesmo nestas condições, porém, o governo federal subsidiará fortemente a exportação. Com um custo de produção estimado em torno de US$ 220/t de açúcar exportado, contra um preço médio no mercado internacional de aproximadamente US$ 110/t, as vendas permanecem significativamente gravosas. É bem verdade que o país se beneficia de preços mais elevados nas exportações que realiza para os **Estados Unidos da América** (algo em torno de US$ 370/t), em função do programa de apoio do governo norte-americano ao produtor interno de açúcar. No entanto, a quota de exportação do açúcar brasileiro, para os **EUA**, limita-se, este ano, a 270 mil t.

Diante destes valores, pode-se concluir que o país arrecadará com as exportações de açúcar apenas algo em torno de US$ 290 milhões, o que ainda significará uma gravosidade de US$ 150 milhões.

A retirada parcial brasileira do mercado internacional do açúcar deve ter no futuro, em contrapartida, uma inusitada elevação das exportações de álcool. Isto porque o país se utiliza da possibilidade de optar entre a produção de açúcar ou álcool. O programa norte-americano de

QUADRO 27 – AÇÚCAR – BALANÇO MUNDIAL DE OFERTA E DEMANDA – 1981/82 A 1984/85
(mil t)

DISCRIMINAÇÃO	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85
Estoque inicial	25.075	33.219	38.605	40.186
Produção	100.838	100.610	98.112	100.851
Importação	31.487	28.851	29.398	27.754
Total	157.400	162.680	166.115	168.791
Consumo	92.173	94.383	96.215	97.869
Exportação	32.008	29.692	29.714	28.347
Estoque final	38.605	39.078	40.186	42.575
Excedente de oferta	+ 8.665	+ 6.227	+ 1.897	+ 2.982
% Estoque final/consumo	42%	41%	42%	44%

FONTE – F. O. Licht.

substituição do chumbo tetraetila misturado à gasolina, por outros elementos menos poluentes, abre um extraordinário mercado para o álcool brasileiro, pois os **EUA** não possuem condições de se auto-abastecer. Temendo que o **Brasil**, ao ofertar um produto de menor custo, não deixe espaço para a produção interna, os produtores norte-americanos de álcool de milho recorreram à Justiça, com ações de direito compensatório, em que acusam o **Brasil** de praticar **dumping** em suas exportações. O álcool produzido a partir do milho nos **Estados Unidos da América** apresenta custo quase três vezes superior ao álcool exportado pelo **Brasil**. Além da denúncia de produtores norte-americanos sobre a prática de **dumping** que está em julgamento, o governo dos **EUA** ainda mantém a taxação sobre o álcool importado (US$ 0,6 por galão), o que praticamente inviabiliza as vendas brasileiras.

Buscando evitar a deterioração do mercado, o governo brasileiro suspendeu as exportações de etanol para os **Estados Unidos da América** desde julho, abrindo negociações para a fixação de um preço mais favorável. Nestas negociações, o país tem proposto US$ 25/hectolitro de álcool, contra um preço de mercado em torno de US$ 20/hectolitro, no momento.

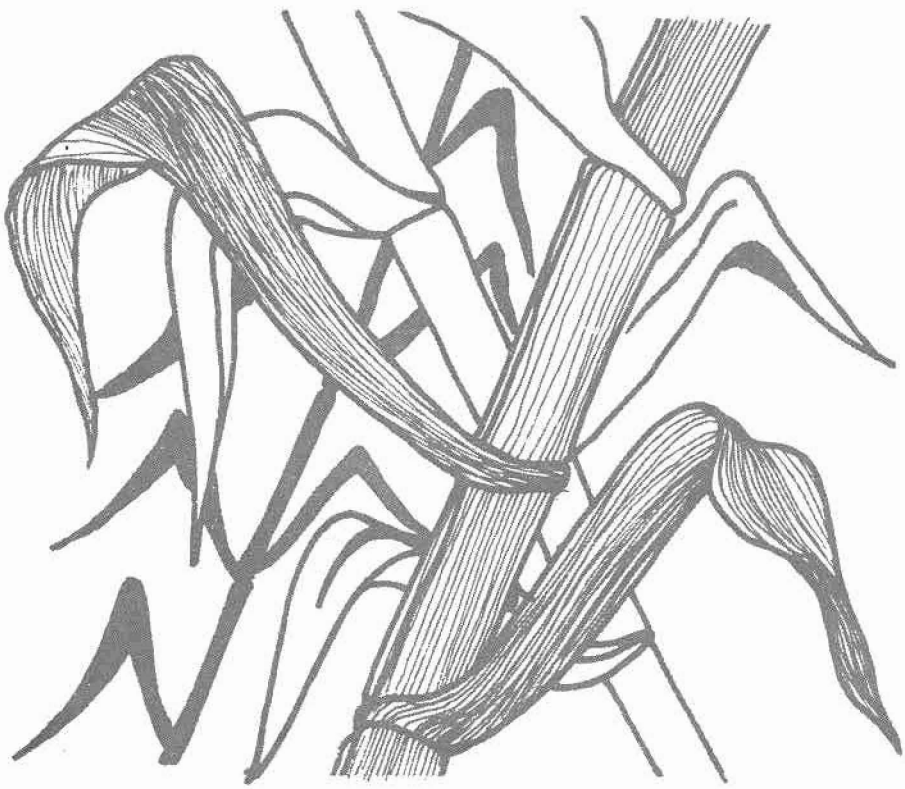
Em decisão preliminar, no final de setembro, a **Administração de Comércio Internacional (ITA)**, norte-americana, aceitou a denúncia de que o etanol brasileiro é vendido a preços abaixo dos de mercado, decidindo que os importadores devem fazer um depósito, no ato de aquisição do produto, equivalente às margens de **dumping**. Esta deliberação, por certo, elimina a competitividade de quase todas as empresas exportadoras.

Entretanto, diante da demanda norte-americana, que não pode ser suprida internamente, acredita-se que o processo, ora em curso, visa sobretudo a conseguir melhor poder de barganha para os **EUA**, nas atuais negociações. Os exportadores brasileiros, por seu turno, propõem, diante dos últimos acontecimentos, o estabelecimento de uma quota de exportação em troca da retirada do processo de **dumping**, da fixação de um preço mais compensador e até mesmo da eliminação da sobretaxa.

O julgamento definitivo pela **ITA** deverá ocorrer em dezembro, o que limitará a exportação do álcool brasileiro, este ano, para mercados de proporções bem mais reduzidas (**CEE** e **Japão**). Contudo, para o futuro, as exportações deverão ser retomadas, pois tudo leva a crer que a estratégia norte-americana para substituir, por completo, o chumbo na mistura carburante, até 1988, se apoiaria: a) no crescimento da produção interna de álcool de milho; b) no fomento da produção de álcool a partir da cana na região do **Caribe**; e c) na aquisição da quantidade necessária de álcool, no mercado internacional, para complementar sua demanda, o que contemplaria o **Brasil**, como o único país capaz de fornecer o volume requerido.

A drástica redução das exportações de etanol cria para o **Brasil** um problema delicado, ou seja, a ameaça de que o excedente de produção de álcool nesta safra não encontre mercado para ser escoado. A mais provável saída para esta difícil situação será aumentar o nível de mistura da gasolina com o álcool anidro, para a proporção de 25%. Outra possível alternativa seria iniciar a mistura de álcool anidro com o óleo **Diesel**, na proporção de 5%, o que não apresenta obstáculos técnicos.

Vale ainda mencionar que, desde o final do ano passado, o **Brasil** vem exportando uma espécie de melaço para os **Estados Unidos da América**, conhecido pela denominação de **"high test molasses" (HTM)**, a partir do qual as destilarias norte-americanas produzem álcool. Como este produto não tem similar nos **EUA**, não sofre as taxações impostas ao álcool. Seu preço naquele país, contudo, não é compensador, tendo em vista seu elevado custo de embarque.



AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 40/85**, de 20/09/85, do **Instituto do Açúcar e do Álcool**, apresenta a distribuição da produção de álcool a ser realizada na safra 1985/86 nas destilarias da região Norte-Nordeste (**Diário Oficial da União**, de 24/09/85).

O **ato nº 41/85**, de 20/09/85, do **IAA**, apresenta a distribuição da produção de açúcar a ser realizada na safra 1985/86 nas usinas da região Norte-Nordeste (**Diário Oficial da União**, de 27/09/85).

A **Portaria nº 47**, de 27/09/85, da **Superintendência Nacional de Abastecimento**, divulga os preços-**refinaria (CIF)** e **consumidor** do açúcar refinado amorfo, a vigorarem nos municípios das regiões metropolitanas do **Rio de Janeiro, São Paulo** e **Belo Horizonte**, que foram fixados em Cr$ 148.127/50 kg (preço-refinaria) e Cr$ 153.500/50 kg (preço-consumidor). Na região metropolitana de **Vitória** e nos municípios de **Cariacica, Viana, Vila Velha** e **Serra**, todos no **Espírito Santo**, os preços serão de Cr$ 148.502/50 kg e Cr$ 155 mil/50 kg; na região metropolitana de **Curitiba**, Cr$ 158.058/50 kg e Cr$ 155.500/50 kg e, na do **Recife**, Cr$ 169.990/50 kg e Cr$ 178 mil, respectivamente (**Diário Oficial da União**, de 1º/10/85).

QUADRO 28 – NORTE-NORDESTE – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AUTORIZADA DE ÁLCOOL – SAFRA 1985/86
(m^3)

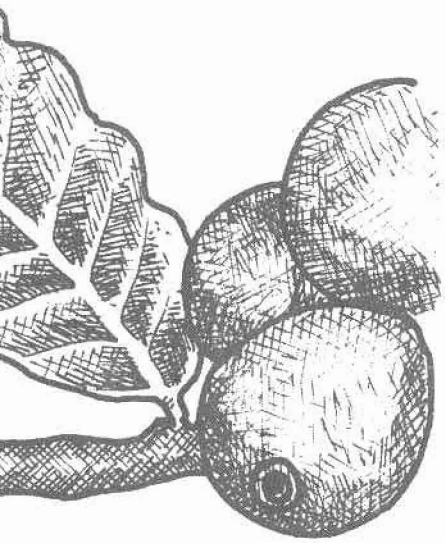
ESTADOS	TOTAL	ANIDRO	HIDRATADO
Rondônia	2.200	–	2.200
Pará	6.600	–	6.600
Maranhão	27.500	14.500	13.000
Piauí	13.200	–	13.200
Ceará	23.100	–	23.100
Rio Grande do Norte	108.787	37.848	70.939
Paraíba	267.162	46.433	220.729
Pernambuco	676.912	198.764	478.157
Alagoas	842.840	180.455	662.385
Sergipe	46.681	–	46.681
Bahia	53.109	6.000	47.109
TOTAL	2.068.100	484.000	1.584.100

FONTE – IAA.

QUADRO 29 – NORTE-NORDESTE – DISTRIBUIÇÃO, POR TIPOS, DA PRODUÇÃO AUTORIZADA DE AÇÚCAR – SAFRA 1985/86
(t)

ESTADO	TOTAL	CRISTAL	DEMERARA	REFINADO GRANULADO	EXTRA
Maranhão	40.000	40.000	–	–	–
Ceará	39.754	39.754	–	–	–
Rio Grande do Norte	110.724	110.724	–	–	–
Paraíba	170.210	150.210	20.000	–	–
Pernambuco	1.476.606	431.542	719.064	326.000	–
Alagoas	1.197.849	422.856	654.993	–	120.000
Sergipe	77.295	77.295	–	–	–
Bahia	104.619	104.619	–	–	–
TOTAL	3.217.057	1.377.000	1.394.054	326.000	120.000

FONTE – IAA.



CAFÉ

A **Resolução nº 71**, de 30/09/85, do **Instituto Brasileiro do Café**, fixa os preços de garantia para compra pelo **IBC** dos cafés da safra 1985/86 e anteriores, a vigorarem no período de 1.º/10/85 a 31/12/85 (**Diário Oficial da União**, de 14/10/85).

Os preços dos cafés **arábica** foram fixados em Cr$ 619.248/saca, se do tipo 6 para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** e Cr$ 562.093/saca, se do tipo 7 para melhor, qualquer bebida. Este preço vigorará também para os cafés robusta **Conillon** do tipo 7 para melhor. Continuam em vigor outras disposições da **Resolução nº 63** (ver **Agroanalysis** vol. 9, nº 9, setembro de 1985).

A **Resolução nº 72**, de 04/10/85, do **IBC**, fixa os preços mínimos para exportação de café verde em grão ou torrado e moído a vigorarem para os embarques realizados entre 1º e 30 de novembro de 1985. O preço dos cafés do tipo 6 para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** é de US$ 1,22/libra-peso, quando embarcados pelo porto de Santos e de US$ 1,21/libra-peso quando embarcadas dos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife; os cafés do tipo 7 para melhor bebida **Rio Zona** embarcados pelos portos do Rio de Janeiro, Vitória,Salvador, Ilhéus e Recife terão preço mínimo de US$ 1,15/libra-peso e aqueles do tipo 7/8 para melhor, da variedade robusta **Conillon** embarcados pelos mesmos portos, US$ 1,10/libra-peso (**Diário Oficial da União**, de 14/10/85).

PREÇOS MÍNIMOS

O **Decreto nº 91.678**, de 24/09/85, fixa os preços-base para financiamento da safra 1985/86, na região Centro-Sul. O fator de correção utilizado será a variação das **ORTN's** entre o mês de agosto e os meses indicados no Quadro 30 (**Diário Oficial da União**, de 25/09/85).

TRIGO

A **Portaria nº 49**, de 30/09/85, da **Superintendência Nacional de Abastecimento**, fixou em Cr$ 1.942.965/t o preço de aquisição do trigo nacional a vigorar no mês de outubro. O preço do triticale foi fixado em Cr$ 1.739.668/t. Ambos os preços se referem ao produto com PH 78 (**Diário Oficial da União**, de 02/10/85).

QUADRO 30 – REGIÃO CENTRO-SUL – PREÇOS-BASE PARA OS PRODUTOS DA SAFRA DE VERÃO 1985/86

PRODUTO	UNIDADE	PREÇO-BASE (Cr$/unidade)	PERÍODO DE CORREÇÃO PELA VARIAÇÃO DAS ORTN's (agosto = 100)
Arroz em casca[1] – sequeiro	60 kg	63.000	ago/85–abr/86
– irrigado	50 kg	61.200	ago/85–abr/86
Feijão	60 kg	155.000	ago/85–dez/85
Milho	60 kg	37.200	ago/85–abr/86
Mandioca	1 t	164.000	ago/85–abr/86
Sorgo	60 kg	31.620	ago/85–abr/86
Algodão em caroço[2]	15 kg	33.840	ago/85–abr/86
Soja	60 kg	59.040	ago/85–abr/86
Amendoim em casca	25 kg	39.000	ago/85–jan/86[6]
Mamona em bagas	60 kg	70.500	ago/85–abr/86
Girassol	40 kg	36.000	ago/85–dez/85
Castanha de caju	1 kg	2.755	ago/85–nov/85[6]
Cera de carnaúba	1 kg	3.815	3
Sisal	1 kg	1.458	3
Rami	1 kg	2.968	4
Seda (casulo)	1 kg	10.911	4
Juta e malva	1 kg	2.400	ago/85–jun/86[6]
Trigo mourisco	1 kg	732	ago/85–dez/85
Semente de juta	1 kg	4.000	ago/85–abr/86
Batata-semente	30 kg	51.000	ago/85–nov/85
Semente de malva	1 kg	6.000	5

FONTE – Decreto 91.678.

[1] Preços mínimos definitivos, com início de operações em 1º/09/85, para a produção de Roraima e a produção oriunda dos projetos irrigados no Nordeste e Centro-Oeste; [2] o preço do caroço destinado a semente será 30% do preço mínimo do algodão em caroço; [3] início de operações em 1º/08/85, com correção trimestral de até 100% da variação das ORTN's; [4] idem, com início de operações em 1º/09/85; [5] preço mínimo definitivo, com início de operações em 1º/09/85; [6] data de início das operações 1º/09/85 para castanha de caju, 1º/12/85 para amendoim, 1º/03/86 para malva (Amazonas) e juta e 1º/05/86 para malva (Pará e Maranhão).

QUADRO 31 – VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) – REGIÕES CENTRO-OESTE, SUL E SUDESTE – SAFRA 1985/86

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) DE	ATÉ	VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (Cr$ 1.000/ha)
ALGODÃO HERBÁCEO[1]	–	1.000	1.795
	1.001	1.200	2.240
	1.201	1.400	2.709
	1.401	1.600	3.121
	1.601	1.800	3.522
	1.801	2.200	3.881
	acima de	2.200	4.378
ALHO NOBRE[2][5]	–	3.500	4.950
	3.501	4.500	5.912
	4.501	5.500	7.301
	5.501	6.500	8.512
	acima de	6.500	9.320
ALHO PRECOCE[2][5]	–	2.500	2.631
	2.501	3.500	3.312
	3.501	4.500	4.059
	4.501	5.500	4.558
	acima de	5.500	5.558
AMENDOIM[3]	–	1.400	939
	1.401	2.300	1.895
	acima de	2.300	2.408
ARROZ IRRIGADO[1]			
– irrigação mecânica	–	3.000	2.511
	3.001	3.600	2.888
	3.601	4.200	3.230
	4.201	5.000	3.702
	acima de	5.000	3.940
– irrigação natural	–	3.000	2.035
	3.001	3.600	2.233
	3.601	4.200	2.453
	4.201	5.000	2.794
	acima de	5.000	3.032
ARROZ DE SEQUEIRO			
– em toco[1]	–	1.000	473
	1.001	1.300	546
	1.301	1.600	746
	acima de	1.600	915
– região SUDAM[4]	–	1.000	834
	1.001	1.300	1.125
	1.301	1.600	1.427
	acima de	1.600	1.727
– demais regiões[3]	–	1.000	744
	1.001	1.300	997
	1.301	1.600	1.283
	acima de	1.600	1.548
AVEIA[6]	–	1.000	387
	1.001	1.400	570
	1.401	1.800	733
	acima de	1.800	862
BATATA SEMENTE[2]	–	12.000	10.919
	12.001	15.000	13.110
	15.001	18.000	14.631
	acima de	18.000	15.164
CACAU	única		(15)
CAFÉ[2][4]	–	30	1.540
	31	60	2.100
	acima de	60	2.520
CASTANHA DE CAJU[2]	–	800	891
	acima de	800	1.037
CASULO VERDE	–	250	1.271
	251	500	2.020
	acima de	500	2.638
CENTEIO[6]	–	1.200	497
	1.201	1.600	618
	acima de	1.600	714
CERA DE CARNAÚBA[2][7]	única		46
CEVADA[6]	–	1.200	644
	1.201	1.600	780
	1.601	2.000	1.076
	acima de	2.000	1.214
FEIJÃO[1]	–	400	387
	401	600	885
	601	800	1.070
	801	1.000	1.408
	acima de	1.000	1.835
FEIJÃO IRRIGADO	–	1.800	916
	1.801	2.200	1.129
	acima de	2.200	1.308
GIRASSOL[3]	–	1.800	1.120
	acima de	1.800	1.455
JUTA/MALVA[3]	–	1.000	2.577
	1.001	1.300	2.951
	acima de	1.300	3.005
MAMONA[3] (1º ano)	–	900	811
	901	1.400	996
	1.401	2.300	1.294
	acima de	2.300	1.674
MAMONA[3] (2º ano)	–	900	691
	901	1.400	808
	acima de	1.400	901

QUADRO 32 – VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) – REGIÕES CENTRO-OESTE, SUL E SUDESTE – SAFRA 1985/86

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) DE	ATÉ	VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (Cr$ 1.000/ha)
MANDIOCA[1] (1 ciclo)	–	10.000	903
	10.001	15.000	1.081
	15.0001	20.000	1.528
	20.001	25.000	1.708
	acima de	25.000	2.005
MANDIOCA[1] (2 ciclos)	–	10.000	1.378
	10.001	15.000	1.675
	15.001	20.000	2.262
	20.001	25.000	2.411
	acima de	25.000	2.741
MILHO[1]	–	900	387
	901	1.300	563
	1.301	1.700	795
	1.701	2.100	979
	2.101	2.500	1.135
	2.501	3.000	1.354
	3.001	3.500	1.485
	3.501	4.000	1.725
	4.001	5.000	1.991
	acima de	5.000	2.302
RAMI	–	2.000	1.796
	2.001	3.000	2.242
	acima de	3.000	2.784
SEMENTE DE SORGO[3]	–	1.500	1.591
	acima de	1.500	1.855
SISAL[2]	–	660	571
	acima de	660	715
SOJA			
– região SUDAM	–	1.250	1.172
	1.251	1.500	1.263
	1.501	1.750	1.532
	1.751	2.000	1.662
	2.001	2.400	1.921
	acima de	2.400	2.010
– demais regiões[3]	–	1.250	1.018
	1.251	1.500	1.107
	1.501	1.750	1.355
	1.751	2.000	1.475
	2.001	2.400	1.722
	acima de	2.400	1.810
SORGO[3]	–	2.000	775
	2.001	2.500	1.083
	2.501	3.000	1.256
	acima de	3.000	1.440
TRIGO DE SEQUEIRO[8]	–	1.200	571
	1.201	1.500	705
	1.501	1.800	805
	acima de	1.800	941
TRIGO DE SEQUEIRO[6] [9]	–	600	522
	601	800	672
	801	1.000	811
	1.001	1.200	913
	1.201	1.400	1.130
	acima de	1.400	1.205
TRIGO MOURISCO OU SARRACENO[3]	–	1.500	645
	acima de	1.500	825
TRIGO IRRIGADO[6]	–	2.000	1.649
	acima de	2.000	1.750
TRITICALE[6]	–	1.200	639
	1.201	1.600	846
	acima de	1.600	1.027
UVA INDUSTRIAL COMUM	única		3.971
UVA INDUSTRIAL VINÍFERA	unica		4.603

FONTE – Circular nº 956, de 21/08/85, do Banco Central do Brasil.

1 válido também para a região Norte;
2 válido para todo o Território Nacional;
3 válido também para a região Norte, MA, PI e BA;
4 válido também para MS, GO e DF;
5 as faixas de produtividade referem-se ao produto não curado, isto é, produtividade de campo;
6 safra 1985;
7 exclusivamente para MG, GO, DF, MT e BA;
9 válido para todo o Território Nacional, exceto MG, GO, DF, MT e BA;
10 no PR, SC e RS devem ser obedecidos os seguintes percentuais e épocas: 75% a partir de março, 15% a partir de junho e 10% a partir de setembro;
11 calendário de liberações estabelecidas pela Ceplac;
12 a liberação deve obedecer ao seguinte esquema: 40% a partir de agosto/85, 15% a partir de novembro/85, 15% a partir de abril/86 e 30% a partir de dezembro/86;
13 no ato de abertura do crédito;
14 produtividade expressa em sacas de café em coco/ha;
* – Cr$ 63.000/arroba, para operações contratadas no 2º semestre de 1985, na Amazônia;
– Cr$ 106.000/arroba, para operações contratadas no 1º semestre de 1986, nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS

A valorização das terras contrariou as expectativas que se criaram no semestre, diante do crescente endividamento dos agricultores, das cotações reais declinantes dos produtos agropecuários e do anúncio, em maio, do **1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1º PNRA)**. É verdade que, em decorrência de restrições da oferta, foram várias as dificuldades registradas no mercado. O temor da Reforma Agrária, por parte dos proprietários, fez com que muitos contratos de aluguéis de terras fossem rescindidos e/ou não renovados, mormente com os pequenos arrendatários e parceiros. Por outro lado, pelo mesmo motivo, os proprietários aumentaram as áreas de plantio, utilizando suas terras ociosas. Quanto à procura de terras, certamente que refluiu naquele mês de maio, porém, logo em seguida, reagiu, motivada pelas previsões de recuperação dos preços do boi gordo, às quais se associaram as notícias de uma safra favorável de trigo e a decisão oficial de rever o **1º PNRA.**

De qualquer forma, a evolução mais rápida dos preços da terra, comparativamente a dos reajustes dos aluguéis, e, em conseqüência, a queda do quociente entre a **renda da terra** e o **preço da terra**, no referido semestre, tanto nas lavouras, como nas pastagens, é no mínimo contraditória, de acordo com os vários estudos realizados a respeito. Vale lembrar, todavia, que o preço da terra reflete a conjuntura agrícola e as fases de recessão ou recuperação da economia.

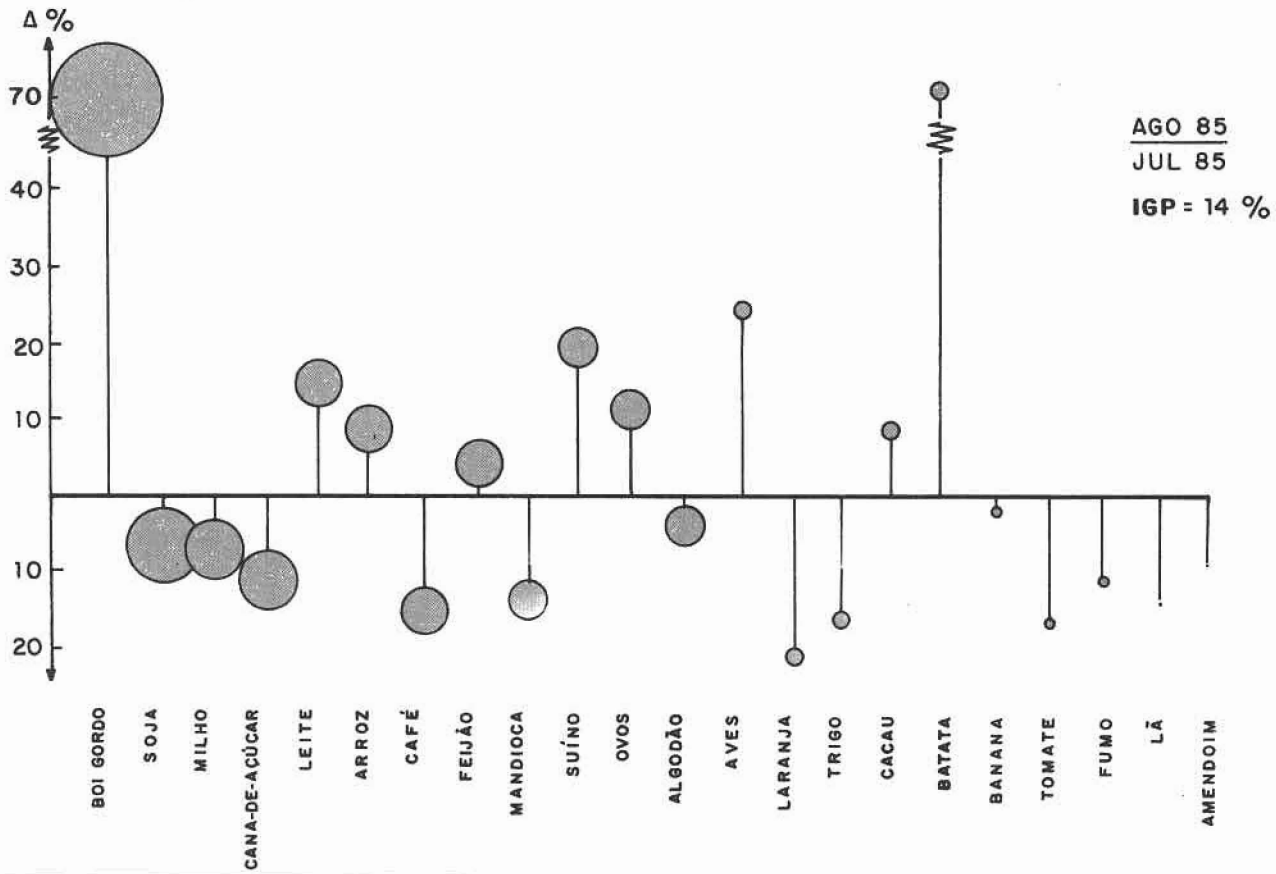
A variação percentual dos preços dos arrendamentos, segundo os estados, mostrou enormes contrastes, em face da maior ou menor disponibilidade de terras para alugar (em quantidade e/ou qualidade) e das diferenças estruturais de cada localidade (estrutura fundiária e produtiva), além das diferenças no calendário agrícola.

QUADRO 33 – BRASIL – PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS – 1º SEMESTRE DE 1985
(em Cr$)

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRENDAMENTO DE TERRA (Cr$/ha/ano)			VENDA DE TERRA (Cr$/ha)			
	Lavouras	Explorações animais	Engorda ou estada de animais[1]	Lavouras	Campos	Pastagens	Matas
Região Norte	163.889	161.479	11.573	861.071	150.563	610.481	210.099
Rondônia	...	100.250	10.944	1.553.714	730.000	1.258.000	455.000
Acre	200.000	206.667	12.800	755.808	338.448	634.494	225.560
Amazonas	167.854	120.000	12.500	824.597	306.675	649.496	142.815
Roraima	200.000	80.000	8.286	428.333	60.000	550.000	86.667
Pará	154.615	162.261	9.000	815.885	155.663	630.560	204.543
Amapá	...	...	...	596.667	53.709	378.207	105.882
Região Nordeste	182.064	125.531	14.062	1.165.595	545.676	947.062	536.293
Maranhão	142.019	121.045	10.627	222.393	121.601	253.528	135.168
Piauí	149.682	106.509	9.983	242.317	78.504	213.463	101.014
Ceará	145.084	88.740	11.961	636.584	276.351	303.151	321.765
Rio Grande do Norte	149.915	59.887	8.071	757.100	404.712	478.097	366.535
Paraíba	195.228	103.929	9.576	1.035.475	571.773	784.326	573.058
Pernambuco	248.224	201.448	14.510	1.660.873	714.077	1.045.138	633.213
Alagoas	220.881	242.827	19.896	1.882.149	1.080.306	1.652.925	1.180.372
Sergipe	262.099	211.910	15.000	2.043.210	797.334	1.485.085	968.346
Bahia	306.277	219.835	18.923	1.888.198	905.519	1.757.156	953.453
Região Sudeste	339.363	170.855	14.172	5.508.267	2.268.499	3.424.061	4.208.532
Minas Gerais	337.449	149.313	14.582	3.555.460	1.518.221	2.546.335	2.032.025
Espírito Santo	461.214	145.185	11.820	4.329.695	2.647.437	3.084.880	3.323.314
Rio de Janeiro	418.959	140.897	12.895	4.306.122	2.327.718	2.492.831	2.153.372
São Paulo	331.868	244.000	14.000	7.304.072	4.144.000	5.894.000	8.413.000
Região Sul	486.614	131.184	8.518	6.875.400	3.104.632	3.508.417	3.478.771
Paraná	547.752	247.090	13.362	8.924.600	4.551.034	5.183.242	4.341.578
Santa Catarina	529.180	195.399	11.600	3.313.817	1.809.167	2.288.075	2.420.936
Rio Grande do Sul	330.324	89.211	8.326	5.885.783	2.877.392	3.198.120	3.293.618
Região Centro-Oeste	366.672	177.768	13.048	3.205.524	1.214.288	2.199.173	1.450.178
Mato Grosso do Sul	511.807	160.944	12.192	5.551.560	1.721.620	2.902.671	2.732.519
Mato Grosso	236.521	154.831	11.050	1.799.596	633.375	1.277.313	905.995
Goiás	265.118	193.930	13.532	2.727.478	977.463	1.917.486	1.095.904
BRASIL	264.786	148.410	12.192	4.386.041	1.634.159	2.466.392	1.471.070

FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] **Cr$/cabeça/mês.**

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS

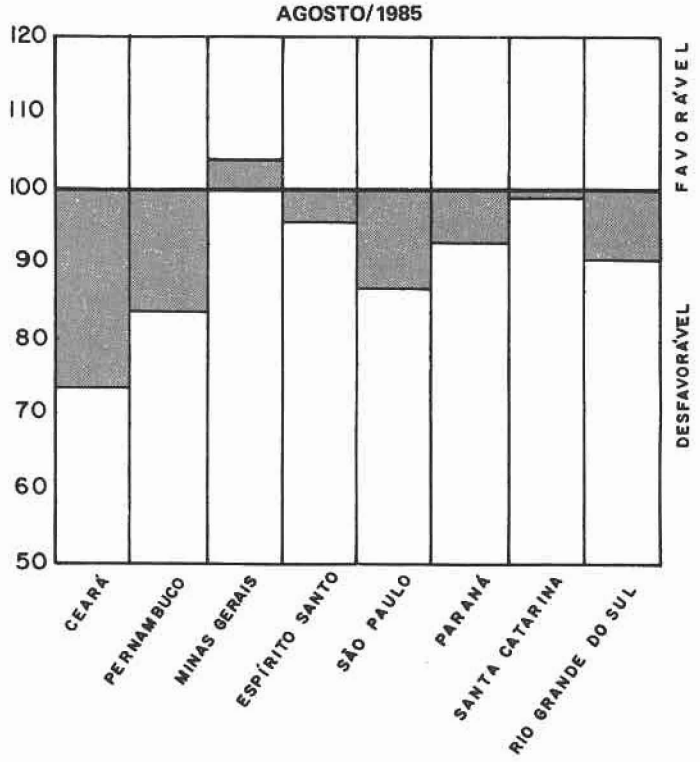


No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

OBS.: No número anterior de **Agroanalysis**, o mês correto da Relação de Trocas é **julho.**

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS AGOSTO/1985



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de setembro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de setembro *
3 – Preço médio na última quinzena de setembro *
4 – Preço médio na última semana de setembro *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro – primeira entrega

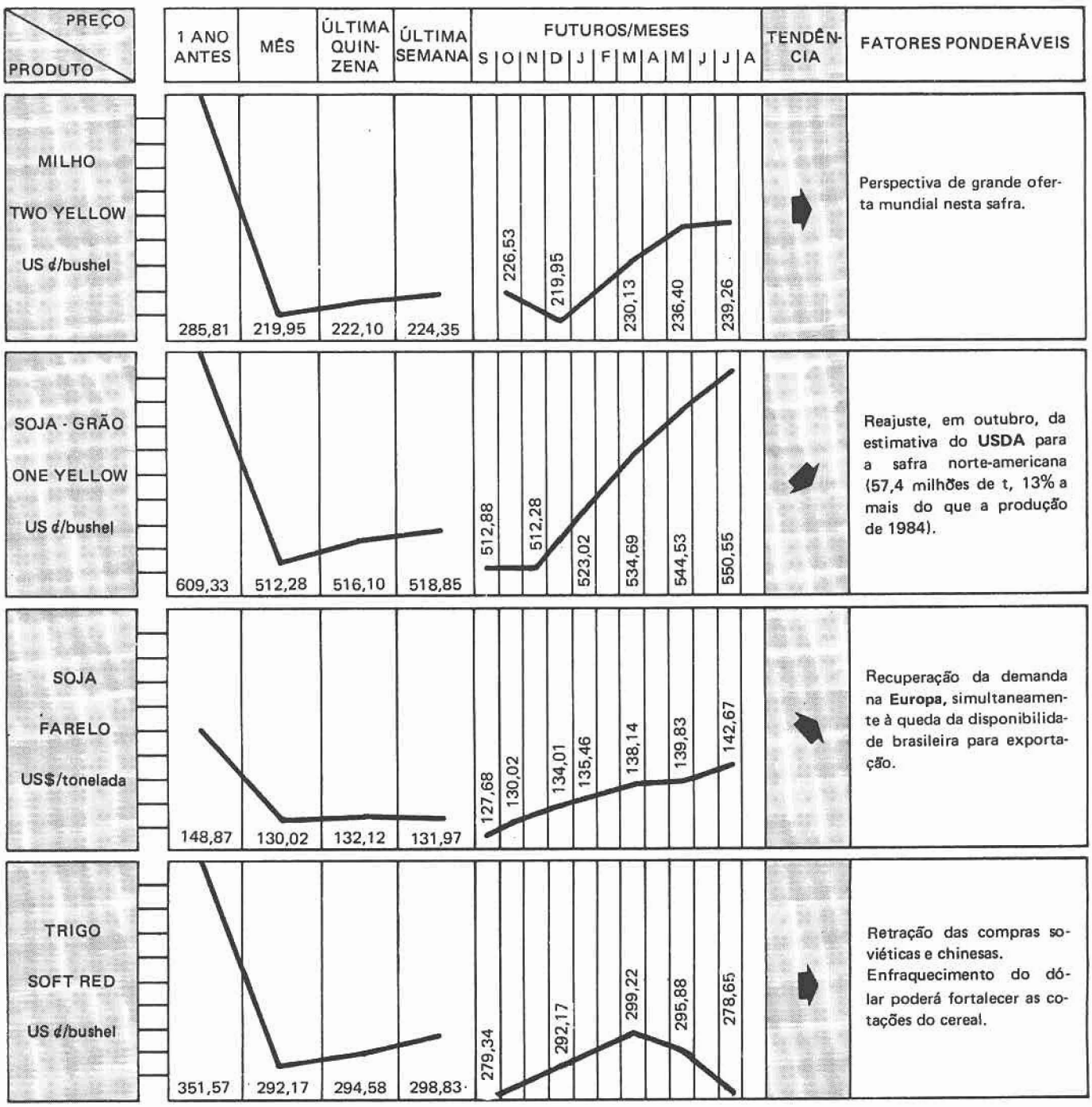
PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	4,23	5,27	5,25	5,22		5,27			5,41		5,76		5,93		6,13			Rumores de que Cuba dispõe de grande número de contratos de compra e de que a Índia deverá voltar ao mercado, para adquirir de 100 mil a 200 mil toneladas.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	64,29	59,28	60,00	60,10		59,28		58,61			59,72		60,11		59,32			Excesso de oferta, com grande pressão dos elevados estoques mundiais.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.294	2.214	2.248	2.300		2.107			2.214		2.269		2.294		2.308			Expectativa de redução do superávit mundial. Desvalorização do dólar norte-americano frente às moedas dos demais países industrializados.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	139,54	137,15	137,91	137,78		134,46			137,15		138,58		139,54		139,98			A **Organização Internacional do Café** fixou quotas satisfatórias para os produtores.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de setembro de 1984, corrigido pelo IGP, para setembro de 1985
2 — Preço médio no mês de setembro
3 — Preço médio na última quinzena de setembro
4 — Preço médio na última semana de setembro
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	138.819	140.674	145.750	148.200	→	Agilização das vendas da **CFP** e maior entrada do produto nordestino.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	136.509	162.024	162.500	162.500	→	Há uma concentração da oferta no Rio Grande do Sul, que afeta as cotações do arroz de sequeiro. Caso sejam interrompidos por algum tempo os leilões oficiais, poderá haver recuperação dos preços, mas o produto importado (150 mil t) chegará em breve.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	822.503	898.447	922.500	936.600	↗	Aprovação, pela **Organização Internacional do Café**, das quotas de exportação e dos preços, para 1985/86. O **programa de retenção** poderá ser mantido no primeiro semestre de 1986.
BOI GORDO Cr$/arroba	174.336	145.238	150.000	150.000	↘	Devido à longa estiagem, a recuperação das pastagens deverá ser retardada afetando a normalização dos abates.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo: Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatō com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	275.826	183.214	183.500	189.500	➡	O mercado está bem abastecido, mas notam-se sinais de menor disponibilidade de produto novo.
FRANGO Vivo Cr$/kg	5.443	4.436	4.415	4.160	➡	Maior oferta de pintos de corte. Queda sazonal da demanda, às vésperas do reajustamento do salário mínimo.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	45.407	43.500	43.500	43.500	➡	Previsto aumento sazonal da demanda, com a expansão das atividades avícola e suinícola, no fim do ano.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	95.405	76.690	81.200	82.800	➡	Reinício dos leilões da CFP, interrompidos em agosto.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo: Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

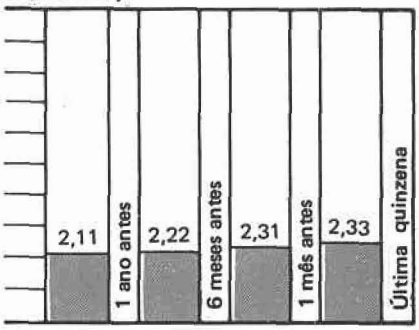
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

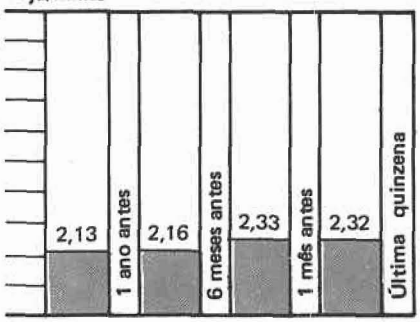
Muito semelhante ao preço relativo médio do mês, o indicador para a quinzena refletiu as pequenas e semelhantes variações havidas nos preços, tanto do algodão, quanto da soja. A cotação da fibra apresentou-se praticamente estável no período, tendo em vista a elevada oferta mundial do produto.

Algodão/Soja



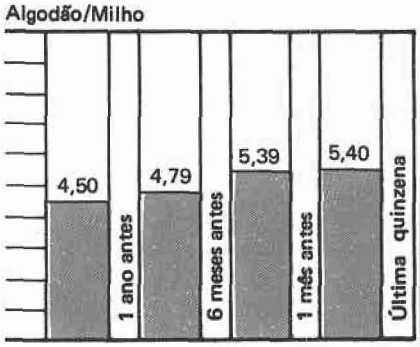
Também o preço relativo soja/milho pouco variou na quinzena, pois as cotações de ambos os produtos vêm-se ressentindo de oferta mundial abundante, o que mantém o preço em patamar baixo.

Soja/Milho



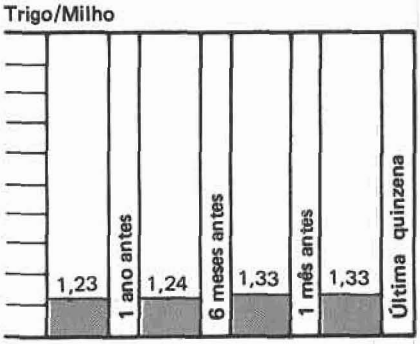
A acentuada diferença entre o preço relativo algodão/milho da última quinzena e o de um ano antes é conseqüência da retração de 22% no preço do milho, no período. O estoque final de milho da safra 1985/86 deverá ser 70% maior do que o do ano-safra precedente, pois o consumo vem apresentando tendência decrescente, enquanto se amplia a oferta.

Algodão/Milho



Maior do que o valor de um ano antes, o preço relativo trigo/milho da última quinzena aponta tanto a mencionada diminuição do preço do milho, como a queda de 16% observada na cotação do trigo, no mesmo período. O preço desse último cereal vem sendo afetado pela perspectiva de um mercado muito bem abastecido no atual ano safra.

Trigo/Milho

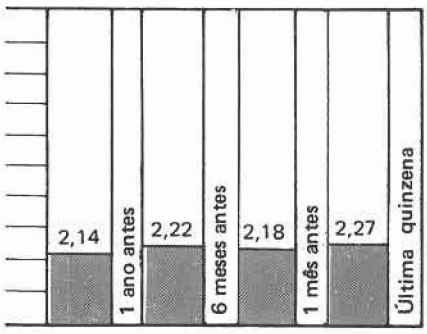


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

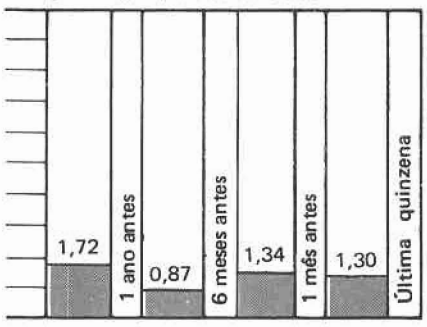
A recuperação verificada no preço relativo da última quinzena derivou do aumento de 3,3% no preço da carne bovina comparativamente à média do mês, ao mesmo tempo em que se manteve estável a cotação do frango vivo. O mercado da ave ressente-se, portanto, de um aumento da produção, que tem tornado difícil para os avicultores obterem vantagens da tendência altista dos preços do boi gordo, na entressafra.

Boi Gordo/Frango Vivo



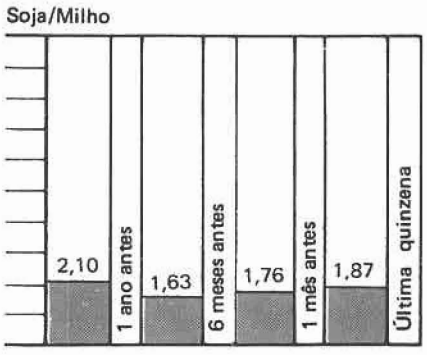
O decréscimo desse preço relativo durante a última quinzena, em comparação com a média do mês, serve de advertência aos avicultores, pois a produção avícola vem-se expandindo sem que o mercado consumidor possa absorver esta maior oferta, pelos preços atuais.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



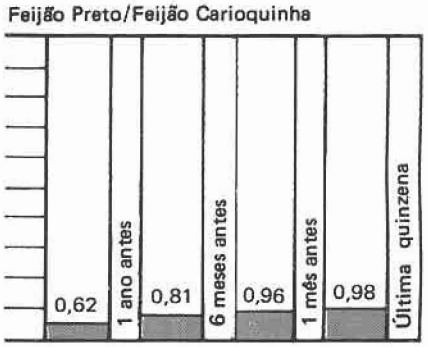
A elevação de 6% no preço da soja durante a última quinzena, foi em conseqüência da suspensão dos leilões do produto por parte da **CFP**. Por seu turno, a cotação do milho manteve-se estabilizada, fazendo com que o mais recente preço relativo soja/milho se posicionasse acima da média do mês.

Soja/Milho



Superior ao preço relativo de um ano antes, o valor desta relação para a última quinzena reflete a desvalorização de 33% ocorrida no preço do feijão carioquinha no período, que se deveu à maior oferta desta variedade nas safras deste ano, em função do aumento de sua área plantada.

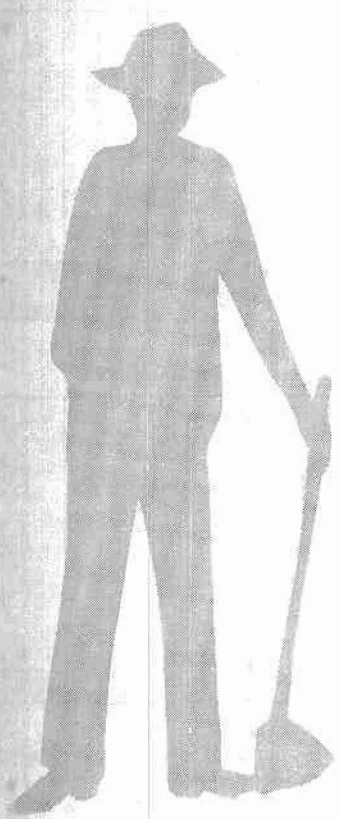
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras. A partir deste número, publicaremos a mais recente estimativa disponível do **IBGE** e, para tanto, será omitida a avaliação de agosto.



QUADRO 34 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1985, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE SETEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	36.601	759.894[3]
Algodão	3.613.123	2.968.683
Algodão arbóreo	1.353.248	207.109
Algodão herbáceo	2.259.875	2.761.574
Alho	–	–
Amendoim	192.783	339.624
Amendoim (1ª safra)	137.154	262.016
Amendoim (2ª safra)	55.629	77.608
Arroz	4.755.699	9.003.471
Aveia	–	–
Banana	420.801	488.792[4]
Batata-inglesa	156.008	1.972.807
Batata-inglesa (1ª safra)	95.791	1.202.550
Batata-inglesa (2ª safra)	60.217	770.257
Cacau	635.244[2]	416.366
Café em coco	2.483.000	3.462.550
Cana-de-açúcar	3.836.194	242.152.500
Cebola	57.499	633.484
Centeio	12.572	13.715
Cevada	99.069	124.840
Coco-da-baía	159.180	542.891[3]
Feijão	5.323.548	2.590.947
Feijão (1ª safra)	2.853.413	1.453.866
Feijão (2ª safra)	2.470.135	1.137.081
Fumo	267.064	402.587
Guaraná	8.371	1.352
Juta	21.184	18.381
Laranja	664.021	72.205.094[3]
Malva	42.721	41.394
Mamona	492.299	405.126
Mandioca	1.885.995	23.257.778
Milho	11.841.420	22.109.794
Pimenta-do-reino	19.929	38.153
Rami	4.887	10.004
Sisal	333.007	253.118
Soja	10.152.672	18.278.441
Sorgo granífero	162.226	259.243
Tomate	52.493	1.903.408
Trigo	2.631.964	4.100.833
Uva	57.758	716.663

FONTE – IBGE.

[1] Dados preliminares sujeitos à retificação; [2] área ocupada com pés em produção; [3] mil frutos; [4] mil cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Antonio Ribeiro França Filho
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL